



## Cametá

**Acordos de pesca - uma alternativa econômica e organizacional**

**Presidência da República**

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente: José Alencar Gomes da Silva

**Ministério do Meio Ambiente**

Ministra: Marina Silva

**Secretaria de Coordenação da Amazônia**

Secretária: Muriel Saragoussi

**Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável**

Secretário: Gilney Viana

**Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável**

Diretor: Jorg Zimmermann

**Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais**

Coordenadora: Nazaré Soares





## Expediente

### Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA

**Secretário-Técnico:** Jorg Zimmermann

**Secretária-Técnica Adjunta:** Anna Cecília Cortines

**Equipe Técnica:** Alice Guimarães, Demóstenes de Moraes, Elmar Castro, Ida Pietricovsky de Oliveira, Isis Lustosa, Klinton Senra, Mauricio Barbosa Muniz, Odair Scatolini, Rodrigo Noletto, Silvana Bastos e Zaré Brum Soares. Estagiárias: Rafaela Silva de Carvalho e Yandra Fontes Bastos

**Equipe Financeira:** Cláudia Alves, Luiz Henrique Marciano e Nilson Nogueira

**Equipe Administrativa:** Eduardo Ganzer, Francisca Kalidaza, Mariza Gontijo e Neide Castro

**Cooperação Técnica Alemã, GTZ:** Denise Lima Pufal, Margot Gaebler e Monika Grossmann

**Cooperação Financeira:** República Federal da Alemanha – KfW, União Europeia – CEC, Rain Forest Trust Fund – RFT, Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial – FFEM

**Cooperação Técnica:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Projeto BRA/03/009. Agência Alemã de Cooperação Técnica, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)

Esta publicação foi realizada com a colaboração da Cooperação Técnica Alemã - GTZ

**Agente Financeiro:** Banco do Brasil

**Consultoras:** Elza Falchembach (Universidade de Ijuí), Ladjane Ramos e Maristela Bernardo

**Colônia de Pescadores Z-16 de Cameté**  
**As experiências nas localidades de Joroça de Baixo e Cuxiari Carmo. Cameté - 2003**

**Presidente:** Iracy de Freitas Nunes

**Vice-presidente:** Lúcio Ribeiro Coelho

**Secretário:** Ney Lobato Gomes

**Tesoureiro:** José Maria Lopes de Freitas

### Equipe de Sistematização

José Domingos Fernandes Barra, Adalberto Portilho Costa, José Roberto Gomes Xavier, Lúcio Ribeiro Coelho, Raimundo Xavier Pereira, Waldir Sousa Trindade

### Transcrição e Elaboração

José Domingos Fernandes Barra, Adalberto Portilho Costa, Waldir Sousa da Trindade

### Digitação

Karlianne Damasceno Furtado.

**Projeto Gráfico e capa:** Masanori Ohashy (Idade da Pedra Produções Gráficas)

**Fotos:** Denise Lima e Colônia de Pescadores

**Copy desk:** Mara Vanessa Dutra

# Apresentação

Apresentamos, por meio desta série, algumas histórias que falam de saberes, de vidas, de gente construindo formas mais sustentáveis de convivência com o meio ambiente. Essas histórias contam com o apoio do PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos, parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente.

Ao longo de seus dez anos de vida o PDA apoiou e apoiou cerca de 320 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica. A história do PDA – as histórias dos projetos apoiados pelo Subprograma – tem demonstrado que há um acúmulo de conhecimento sendo gerado pelas comunidades e organizações de produtores familiares, criando e testando novas tecnologias e sistemas de produção sustentável. Há um saudável diálogo entre conhecimento tradicional e novas informações, apontando perspectivas viáveis que, em alguns casos, já saem do limite do “demonstrativo” e passam a fazer parte de políticas públicas locais e regionais. Importante lembrar que o que para o poder público é valorizado por seu potencial demonstrativo, para os produtores e comunidades envolvidos é a vida real – sua vida, sua sobrevivência.

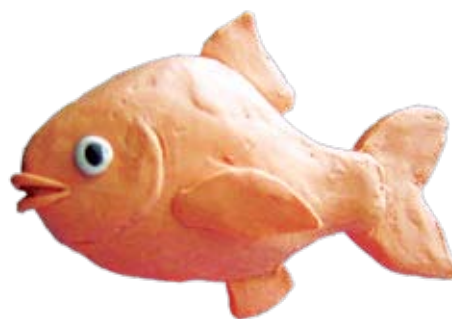
As histórias desta série são narradas pelos próprios grupos envolvidos nos projetos apoiados pelo PDA. As narrativas são resultado de um processo de sistematização de experiências cujo desafio maior é aprender com as práticas, fazendo, destas, objeto de conhecimento. Em um projeto piloto realizado entre julho de 2003 e março de 2004, onze iniciativas apoiadas pelo PDA sistematizaram alguns aspectos de suas práticas. O resultado são onze histórias reais, contadas por muitas vozes, tecendo narrativas cheias de vida, reflexão, descobertas, aprendizados.

Cada grupo ou comunidade contou sua história de seu jeito. Para isso criou momentos e instrumentos, experimentou metodologias, fez caminho ao andar. Os textos da série revelam essa experimentação metodológica, mantendo as estruturas e narrativas criadas por cada grupo envolvido. Como na vida, os textos das sistematizações não seguem um único roteiro, mas inventam seus próprios mapas narrativos.

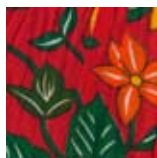
O PDA com alegria apresenta essas histórias de saberes, de gentes, de vidas, com o desejo de estar contribuindo para demonstrar caminhos possíveis para políticas públicas mais adequadas à produção familiar, às comunidades tradicionais e ao meio ambiente.

**Jorg Zimmermann**

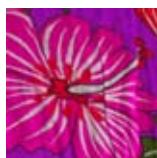
Secretário Técnico PDA



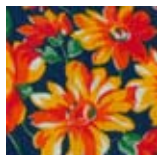
# Sumário



Introdução .....	6
A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – ameaças externas .....	12
• O papel da Igreja na mudança dos padrões de organização social e dominação econômica .....	14
• Um recorte sobre os movimentos sociais no Brasil .....	16
• Os movimentos sociais no Brasil e os pescadores no Pará .....	17
• Um perfil do Conselho Pastoral da Pesca - CPP .....	18
• Movimento Nacional dos Pescadores – Monape .....	19
• Movimento dos Pescadores do Pará – Mopepa .....	21
• O Contexto do Município de Cametá .....	22
• A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá: Lutas e Conquistas.....	24
• Os Acordos de Pesca no Município de Cametá.....	28
• Conjunto de Regras dos Acordos de Pesca.....	31







As Experiências dos Acordos de Pesca nas Comunidades do Município de Cametá ..... 34

• O Acordo de Pesca do Rio

Jorocazinho de Baixo ..... 34

• Acordos de Pesca da Localidade de

Cuxipiari Carmo ..... 51

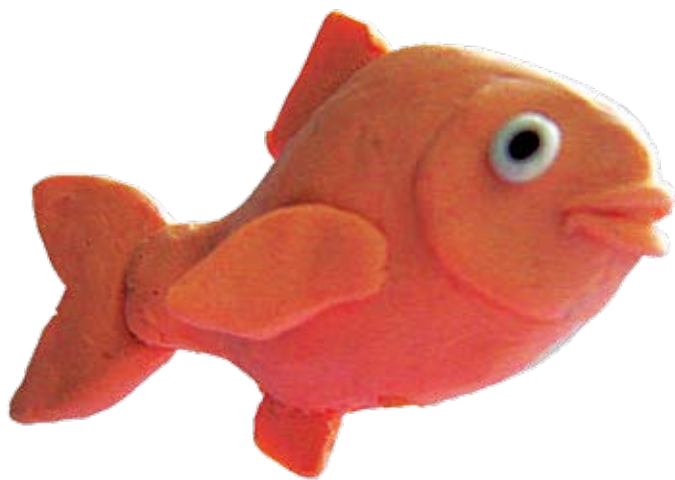


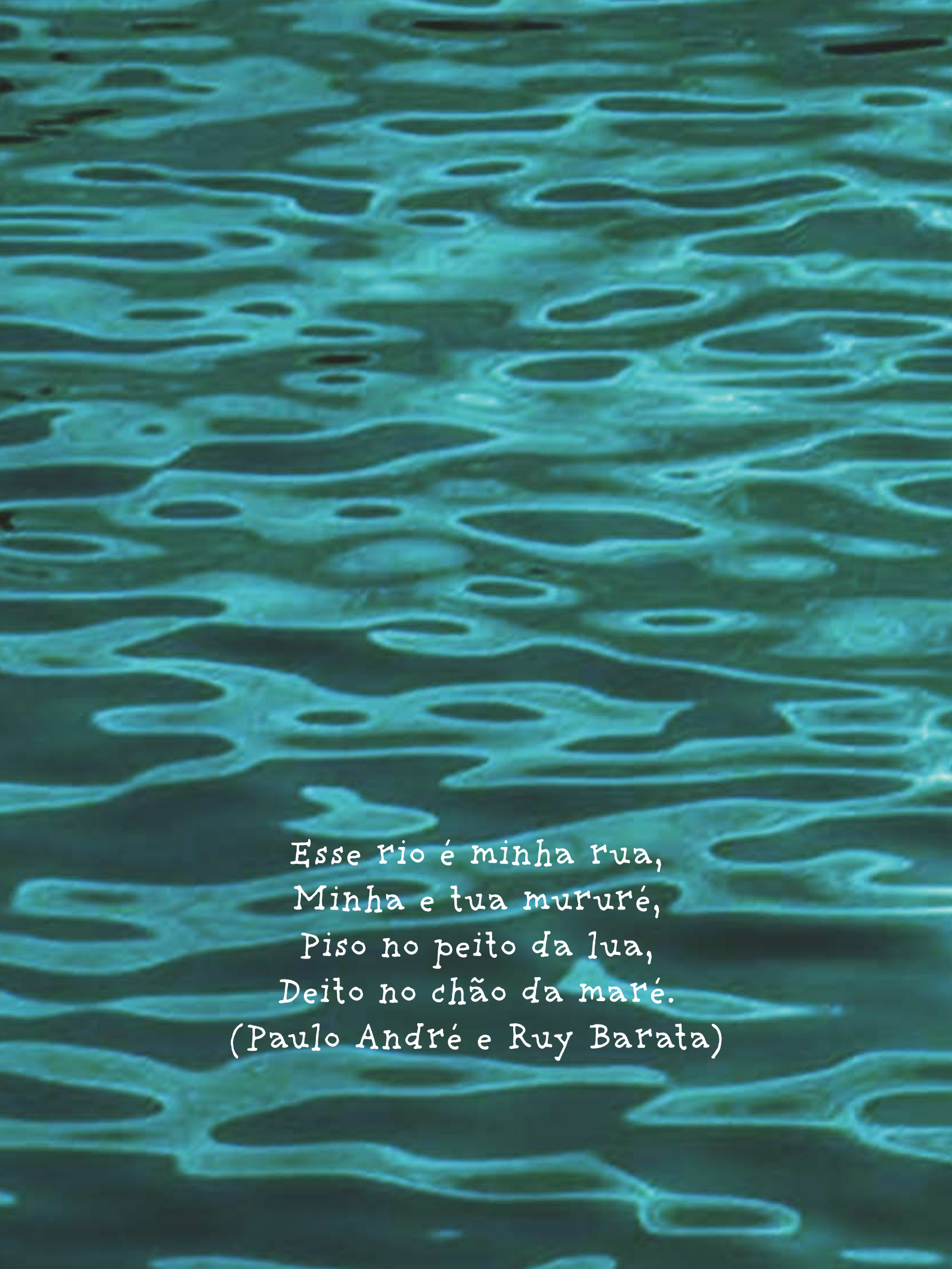
Os desafios para o futuro: as novas alternativas para a pesca ..... 58

• Aprendizados e recomendações ..... 58

• Conclusões ..... 62

Glossário de alguns termos usados na narrativa ..... 64





Esse rio é minha rua,  
Minha e tua mururé,  
Piso no peito da lua,  
Deito no chão da maré.  
(Paulo André e Ruy Barata)



# Introdução

A região do Baixo Tocantins compreende nove municípios e viveu uma fase áurea da economia da borracha, a exemplo de toda a Amazônia, nos idos de 1850 a 1970. A partir daí, veio a fase da produção de pimenta-do-reino. Nos anos 80, novas formas de ocupação foram iniciadas, com a implantação de grandes projetos governamentais e empresariais, culminando com a implantação da Usina Hidrelétrica no rio Tocantins, no município de Tucuruí, no Pará.<sup>1</sup>

Esse período é ainda fortemente marcado pela dominação das oligarquias rurais, um mundo que foi pautado por regras muito particulares de dominação, em que o pleno exercício da cidadania, por parte dos trabalhadores, encontrava limite nas diversas formas de dominação a que eram submetidos. Essa foi a estrutura de poder vigente em quase toda a Amazônia, sobretudo onde predominou o extrativismo.

<sup>1</sup> Além de Tucuruí, houve a instalação do complexo Albras/Alunorte em Barcarena, sendo os dois responsáveis pelos impactos ambientais no Tocantins.





Em Cametá a pesca como atividade extrativa teve seus dias de domínio por grupos políticos locais que financiavam apetrechos na forma de aviamento — “prendendo”, assim, o pescador, que sempre ficava devendo. Esses grupos fortaleciam suas relações políticas fazendo concessões de espaços e recursos públicos para seus aliados.

Com a construção da barragem de Tucuruí o impacto mais forte foi sobre a produção pesqueira. Isto ameaçou a sobrevivência das populações locais, tanto as urbanas (consumidoras) quanto as ribeirinhas (pescadores artesanais) e os mercadores (atravessadores).

No contexto dos anos 80 e início dos anos 90 surgiram as “unidades de mobilização” — atingidos por barragens, remanejados, assentados — que, na região Tocantina, integravam os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), juntamente com as Colônias de Pescadores e outros segmentos sociais. Esse movimento desencadeou um processo de luta que buscava recompor as condições de vida anteriores, recusando-se à aceitação passiva da política da Eletronorte.

Uma das iniciativas buscadas pelos pescadores foi a conservação dos recursos pesqueiros e florestais por meio dos “Acordos de Pesca” ou “Acordos de Preservação”. Qualquer que seja a denominação reflete a preocupação com a escassez do pescado e as futuras condições de sobrevivência das famílias.

Este trabalho de sistematização debruça-se sobre esses “Acordos de Pesca” no município de Cametá, especialmente nas ações desenvolvidas no período de 2001 a 2003, quando a Colônia Z-16 recebeu apoio do PDA<sup>2</sup> para a realização do “Projeto de Apoio a iniciativas comunitárias: preservação dos recursos aquáticos, manejo florestal e piscicultura familiar como estratégias de valorização de comunidades ribeirinhas”.<sup>3</sup>

2 PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos, do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (Programa Piloto), Ministério do Meio Ambiente (MMA).

3 O projeto PDA aconteceu num período maior: de setembro de 2001 a janeiro de 2005, mas o período sistematizado vai até 2003, quando foi feito o processo de sistematização. Alguns ajustes e atualizações foram feitas em agosto de 2005, por ocasião da visita de uma equipe do PDA a Cametá, com a finalidade de colher mais alguns depoimentos e discutir com a Colônia a finalização da narrativa.

A experiência foi sistematizada com os seguintes objetivos: promover reflexão sobre a situação sócio-econômica e ambiental dos pescadores artesanais; e contribuir para que haja adesão e expansão dos acordos de pesca a outras comunidades.

O processo de sistematização teve como eixo temático: “os acordos de pesca como alternativa econômica, alimentar e organizacional para os pescadores artesanais de Cameté”. O trabalho foi orientado pelas questões:

- Em que contexto social e político as iniciativas foram construídas?
- Essas iniciativas serviram como mobilização e organização das localidades em torno da proposta dos movimentos sociais da região?
- Qual foi a relação dessas iniciativas com as políticas oficiais? Havia respaldo legal? Como se conseguiu?
- Como foram resolvidos os conflitos e em que intensidade eles aconteceram?
- Quais os parâmetros de sustentabilidade utilizados e como foram medidos?

A sistematização partiu destas questões orientadoras e começou com a realização de reuniões com os pescadores moradores das localidades de Cuxipiari Carmo e Joroca de Baixo. Essas comunidades foram escolhidas por serem aquelas com um trabalho mais antigo e que, portanto, poderiam servir de referência para as demais. Foram utilizadas metodologias participativas nessas reuniões. Começavam com o grupo todo, depois dividiam em grupos focais, como: os mais antigos, os jovens, as mulheres, o “pessoal de fora” – gente que vive fora, mas que é da comunidade. As questões eram discutidas nesses grupos menores e depois voltavam para o “grupão”. Foram também feitas entrevistas individuais, definidas pela equipe de sistematização (um engenheiro agrônomo, dois pedagogos e membros da diretoria da Colônia de Pescadores). As falas foram gravadas e transcritas (na íntegra), com posterior análise pela equipe encarregada do trabalho. As análises foram realizadas com foco nas dinâmicas dos movimentos sociais, que trabalham no sentido da participação e da indignação com os rumos dos projetos políticos e de investimentos na região.





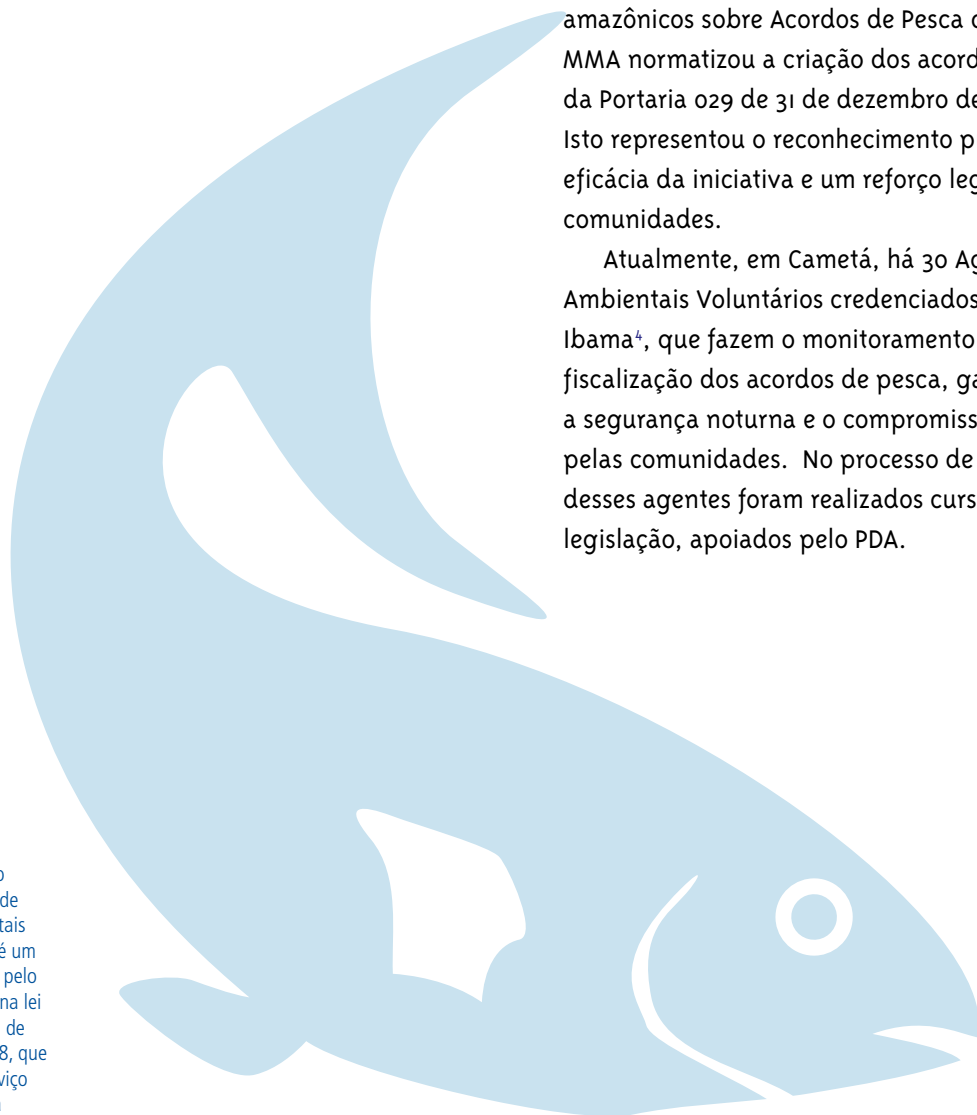




Os acordos de pesca são fortalecidos à medida que ganham apoio de outras instituições, como Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Colônia de Pescadores, ONGs, Prefeituras etc. Com isso, vai se construindo uma nova forma de gestão dentro do município. Depois de dois encontros amazônicos sobre Acordos de Pesca o Ibama/MMA normatizou a criação dos acordos através da Portaria 029 de 31 de dezembro de 2001. Isto representou o reconhecimento público da eficácia da iniciativa e um reforço legal para as comunidades.

Atualmente, em Cametá, há 30 Agentes Ambientais Voluntários credenciados pelo Ibama<sup>4</sup>, que fazem o monitoramento e fiscalização dos acordos de pesca, garantindo a segurança noturna e o compromisso firmado pelas comunidades. No processo de formação desses agentes foram realizados cursos de legislação, apoiados pelo PDA.

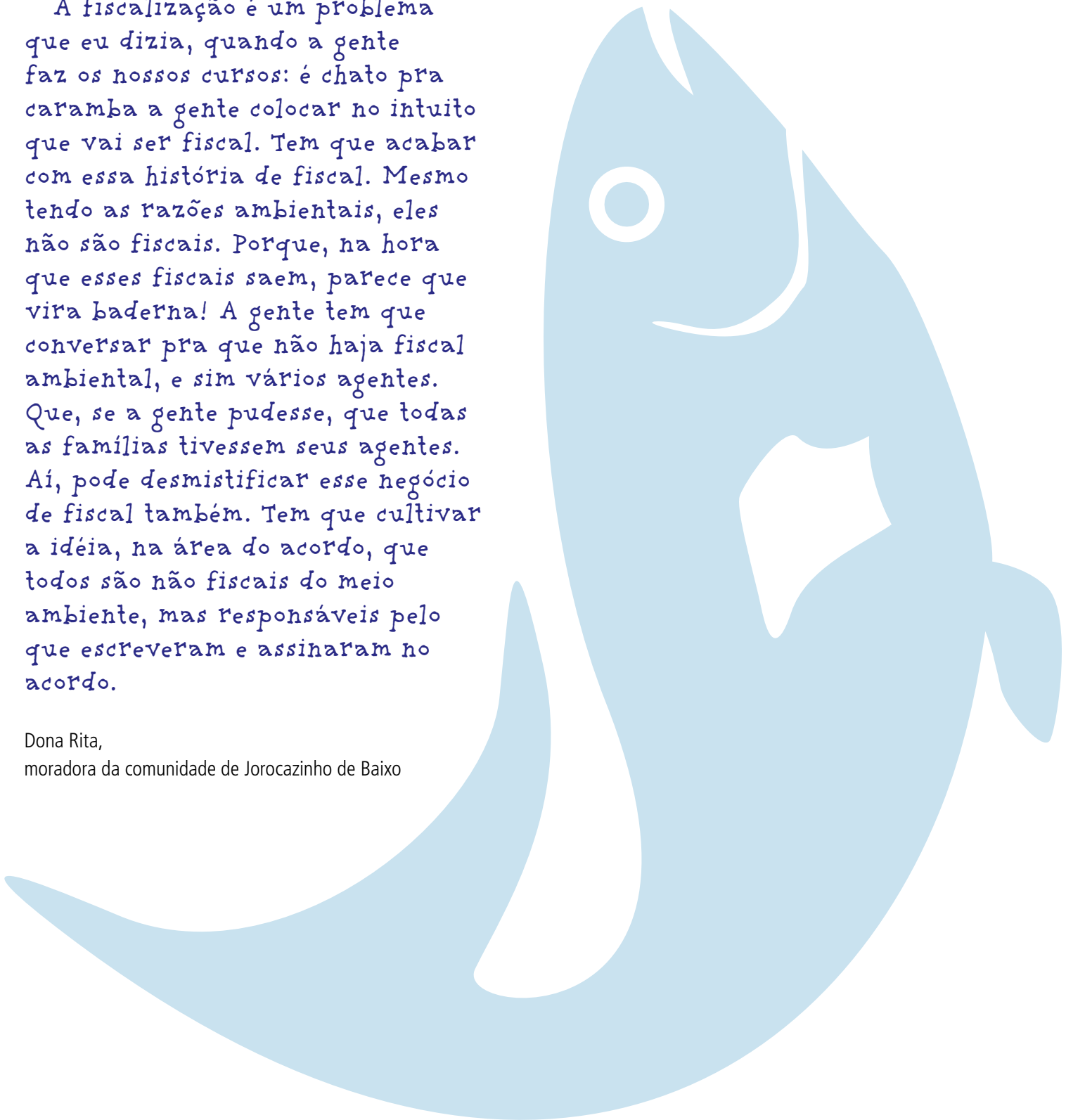
4 A formação e o credenciamento de Agentes Ambientais Voluntários/AAV é um programa criado pelo Ibama, baseado na lei número de 9608 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre serviço voluntário com a finalidade de propiciar a toda pessoa física ou jurídica, auxiliar o Ibama em atividades de educação ambiental, proteção, preservação e conservação dos recursos naturais em unidades de conservação federal e áreas protegidas.





A fiscalização é um problema que eu dizia, quando a gente faz os nossos cursos: é chato pra caramba a gente colocar no intuito que vai ser fiscal. Tem que acabar com essa história de fiscal. Mesmo tendo as razões ambientais, eles não são fiscais. Porque, na hora que esses fiscais saem, parece que vira baderna! A gente tem que conversar pra que não haja fiscal ambiental, e sim vários agentes. Que, se a gente pudesse, que todas as famílias tivessem seus agentes. Aí, pode desmistificar esse negócio de fiscal também. Tem que cultivar a idéia, na área do acordo, que todos são não fiscais do meio ambiente, mas responsáveis pelo que escreveram e assinaram no acordo.

Dona Rita,  
moradora da comunidade de Jorocazinho de Baixo



# A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí ameaças externas



A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi o maior impacto causado pela ação humana na região. Dela decorrem graves problemas ambientais provenientes da imensa área inundada que submergiu florestas inteiras. Ao entrar em decomposição, a floresta libera gás metano e óxido de enxofre, tornando a água extremamente ácida. Essa acidez e a multiplicação de algas causada pelo material em decomposição alteram os aspectos físicos e químicos da água, causando impacto na reprodução de grande parte das espécies piscícolas. Segundo alguns moradores várias espécies de peixes, que antes eram comuns na região, quase desapareceram por conta da brusca mudança na qualidade da água.

Alguns outros impactos de Tucuruí são: a retenção da maioria das espécies acima da barragem; o empecilho à migração das espécies de piracema (migradoras); aumento de doenças causadas pela má qualidade da água para consumo; lançamento de herbicida como desfolhante para retirada da madeira submersa etc.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Após a construção da UHE Tucuruí, a produção pesqueira de jusante sofreu um grande declínio, passando de 1.200 toneladas em 1981, para 186 toneladas em 1986. Entretanto, dados divulgados pela Sudepe (hoje Ibama) ressaltam que, desde 1978, as capturas já vinham apresentando uma tendência de queda progressiva. O declínio registrado nas capturas pode ser um reflexo da ação conjunta dos impactos da barragem sobre a produtividade do sistema à jusante e sobre o ciclo hidrológico do rio, da sobre-pesca dos principais estoques e do acelerado desmatamento das margens do Tocantins. Recentes estudos realizados pela Eletronorte, demonstram que a produção à jusante da barragem começou a mostrar os primeiros sinais de recuperação, pois, enquanto no período de 1981 a 1989, os desembarques apresentaram uma queda na produção anual, sendo registradas 1.188 toneladas em 1981, 640 toneladas em 1987 e 1988 e 529 toneladas em 1989; dados atuais, coletados nos anos de 2001 e 2002, apontam para uma produção pesqueira local em torno de 680 e 750 toneladas/ano respectivamente. Este patamar ainda é inferior aos níveis anteriores de produção e, com base apenas nos dados de desembarque, fica difícil saber se esse incremento representa de fato uma tendência de recuperação ou é consequência de uma nova dinâmica da pesca na região.



O mapará (*Hypophthalmus marginatus*), peixe símbolo da região, principal integrante da dieta alimentar dos ribeirinhos, exímio migrador e que tem sua dieta baseada no consumo de fito e zooplâncton, foi o mais afetado.

Na floresta, a mortandade dos cacaueiros nativos (acredita-se que devido ao efeito do herbicida Tordon, utilizado a montante) e a redução da reposição dos nutrientes na várzea afetaram a produção e produtividade dos açazais. O corte dos açazais para retirada do palmito e a derrubada da madeira foram as primeiras ações do homem da região para garantir sua sobrevivência, acentuando os problemas ambientais.

A população, embora atônita com os impactos nas suas vidas, ouvia os discursos inflamados das elites e oligarquias locais de que isso era necessário para vir o “desenvolvimento”. Somente após o início da década de 90, com as mobilizações, houve reação da população.



## O papel da Igreja na mudança dos padrões de organização social e dominação econômica

Devido às mudanças nos ecossistemas locais, com conseqüente mudança nos modos de vida, a população ribeirinha, os pescadores e extrativistas adotaram estratégias de (re)produção com a criação de animais domésticos, se integraram a projetos de créditos bancários e passaram a criar peixe em cativeiro, em tanques escavados nas ilhas, com recursos financiados pela Igreja Católica.

A Igreja, dessa maneira, iniciou uma inserção nas comunidades, promovendo verdadeira ruptura das irmandades<sup>6</sup> – organizações religiosas de devoção a um determinado santo – com os caciques políticos locais, e organizando as Comunidades Eclesiais de Base. Isso foi um “susto” para a oligarquia local – a igreja, que deveria “prometer o céu”, resolve promover a organização das comunidades ao redor de projetos produtivos! O costume era a organização a partir das irmandades; a cada ano, o “dono do santo” promovia a festa daquela devoção. A arrecadação para realizar a festa era feita a partir da ajuda dos “padrinhos políticos”, “figurões” da política local que patrocinavam as festas e se consideravam “caciques” das irmandades.

Em Cameté a festa das irmandades teve uma particularidade: a exigência de aquisição de uma coroa de ouro ou prata para o santo, o que tornava esta tarefa bastante onerosa para os camponeses. Então, as famílias de comerciantes aviadores<sup>7</sup> faziam esse papel e tornavam-se “donos” da festa e do santo. Os recursos dos pagamentos de promessa eram posse do “dono do santo”.

*Na localidade de Cuxipiari três famílias juntaram o ouro e a prata e mandaram fazer a coroa da Trindade dos Inocentes ... O dono do santo era presidente da festa, o filho do dono do santo conseguiu (doado por políticos) material de pesca e tornou-se um pequeno empresário e conseguiu vaga de professora para a filha e empregos para todos os filhos.*

Morador de Cuxipiari Carmo

6 As irmandades eram instituições laicas que se encarregavam de organizar de ano em ano a festa do santo da localidade, quando as pessoas faziam suas promessas, esperando alcançar uma graça e pagavam a promessa no período das festas ou mesmo antecipadamente na casa do “dono do santo”.

7 Comerciantes aviadores são aqueles que suprem as necessidades dos extrativistas adiantando a eles produtos de que necessitam para sua sobrevivência e recebendo o pagamento em produção (a maioria não recebe em dinheiro, mas sim em produção). Ou seja, o extrativista entrega ao aviador sua produção para pagar a dívida da compra antecipada de gêneros alimentícios e outras mercadorias que o comerciante lhe havia “fiado”. É um sistema de “crédito sem dinheiro”, no qual o extrativista se vê cada vez mais endividado.





As irmandades se aproximavam de comerciantes e das oligarquias locais de políticos em troca de benefícios, começando pela coroa, depois empregos, construção de barracão etc. Em troca os dirigentes das irmandades assumiam o compromisso de convencer os “irmãos” e o povo das cercanias a votar naquele que conseguia o serviço; ou seja, o dono do santo era o cabo eleitoral da área.

O mesmo padrão de relação estabelecida entre aviador e aviado se dava também entre devoto e padroeiro - uma forma de domínio através da religião, tanto quanto o domínio através do aviamento. No caso da religião a dívida não era com o patrão, mas com o santo. Portanto, não podia ser quebrado o “princípio do compromisso, da lealdade e da reciprocidade”.

Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs muitas irmandades transformaram-se em comunidades de base. O caráter econômico dos festejos permanece, mas agora os recursos são para a prelazia de Cametá. O controle passou para a hierarquia eclesiástica, entrando em colisão com os dois sustentáculos básicos do modo de organizar a vida social em Cametá: os santos padroeiros e os comerciantes patrões, figuras que representavam a segurança para devotos e clientes.

As irmandades que ainda persistem estão, pouco a pouco, aceitando a presença dos padres e as ações pastorais. As famílias tradicionais e políticas da oligarquia local se afastaram da Igreja Católica Romana e se juntaram para que fosse ordenado um padre da Igreja Católica Brasileira, na qual se congregam. Constantemente os padres prelados são duramente criticados nos veículos de comunicação de propriedade do Deputado Gerson Peres, o maior perdedor com a nova organização da Igreja na região, já que era um dos maiores “figurões”, com 1500 afilhados em Cametá.

Cametá é sede de prelazia. A igreja começou a financiar projetos de criação de peixe, de frango, cantinas comunitárias, remédios caseiros, hortas comunitárias e outros. Algumas dessas iniciativas, já mais amadurecidas, foram apoiadas posteriormente no bojo do projeto da Colônia Z-16 aprovado pelo PDA.



## Um Recorte Sobre os Movimentos Sociais no Brasil

Para se estudar os movimentos sociais no Brasil, deve-se considerar as especificidades políticas, econômicas e sociais de cada período. Também deve ser ressaltado que as organizações de classe, na maioria dos casos, sempre estiveram atreladas ao Estado, que monitorava suas ações, evitando o desgaste e o “perigo” à ordem e ao governo vigentes e legitimando o poder governamental. Essa foi uma das características das ditaduras no continente latino-americano.

No Brasil, foi no âmbito da discussão sobre a reforma agrária que se articularam e surgiram vários movimentos sociais no campo. Foram alvos de ações de reação, com assassinatos de sindicalistas e outros líderes com poderes de articulação entre os trabalhadores rurais.

Na década de 70 a pobreza na região cresceu de forma elevada. Alguns trabalhadores articularam-se numa participação mais efetiva do homem do campo no processo político nacional. Os movimentos sociais no campo viviam um cenário fragmentado, no qual as ações ocorriam de maneira dinâmica em várias direções e os atores sociais se envolviam com suas ansiedades, esperanças e decepções. Esse era o cenário político em áreas pesqueiras.

Agora vamos enfocar a lente desta abordagem para questões micro, desvelando os pescadores no processo de participação e organização política em movimentos de caráter social. Faremos um rápido resgate histórico da participação dos pescadores em alguns movimentos sociais - um perfil histórico do surgimento do Movimento Nacional dos Pescadores/ Monape, do Movimento dos Pescadores do Pará/Mopepa e do Conselho Pastoral da Pesca /CPP.



## Os Movimentos Sociais no Brasil e os Pescadores no Pará

A participação dos pescadores em levantes populares foi essencial para o processo de independência política do país<sup>8</sup>. Porém, como parte das estratégias elitistas, essa participação dos pescadores em alguns movimentos de caráter revolucionário foi jogado para segundo plano nas histórias oficiais.

Foi na Cabanagem que se visualizou o pescador participando de reações por uma melhoria na qualidade de vida. Os “Cabanos” - como eram chamados os integrantes do movimento - eram, em sua maioria, pessoas que moravam em áreas ribeirinhas da Amazônia. Aí estavam os pescadores.

No entanto, deve ser lembrado que a Cabanagem não era uma reação genuína dos trabalhadores da pesca, mas um processo cujo objetivo era um projeto maior de conquista social. Até o período da Cabanagem, os pescadores não se encontravam organizados em associações e sindicatos. Oficialmente, no Brasil e, especialmente, no estado do Pará, estes se “organizaram” a partir da criação, pelo governo federal, da CNP (Conferência Nacional dos Pescadores), da FEPA (Federação Estadual dos Pescadores) e das Colônias de Pesca, em 1930<sup>9</sup>. Estas “organizações oficiais” foram criadas com objetivo de manipular e tutelar os pescadores. Isso ficava evidente pela relação entre governo central e os presidentes destas entidades - o governo nomeava os presidentes das colônias e federações que, no geral, eram administradores alheios ao cotidiano do pescador, mas que atendiam ao perfil administrativo imposto pelo governo federal.

Nas últimas décadas, a postura de omissão das entidades oficiais na pesca provocou discussões entre as lideranças pesqueiras, desembocando na criação de sindicatos e associações, em níveis nacional, estadual e municipal. Percebe-se um avanço significativo na organização política no âmbito da pesca, quando se tem como parâmetro a subjugação política deste setor no processo histórico do Brasil e do Pará.

A organização dos pescadores em associações e sindicatos se deu com mais ênfase nos anos da abertura política, na década de 80, com ações politicamente arrojadas, a exemplo da criação do CPP (Conselho Pastoral da Pesca), vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Com a campanha para a Constituição Brasileira de 1988, alguns pescadores mais atuantes no processo de articulação política criaram um movimento paralelo neste período, denominado “Constituinte da Pesca”. Tinha como objetivo buscar a autonomia política e sindical dos pescadores. Isso foi garantido, posteriormente, com o surgimento do Monape, que, estrategicamente, estendeu suas bases de atuação às representações estaduais.

8 Trata-se aqui da independência política oficial.

9 As colônias tiveram sua criação originadas por um decreto de outubro de 1817, do rei de Portugal D. João VI, que consistia em criar vilas de pescadores ou colônias (daí o nome) como forma de controlar a pesca e os pescadores para servir aos interesses da coroa (no caso, colher alimentos). Em 18 de março de 1818 foi criada a primeira colônia de pescadores em Santa Catarina. A partir de 03 de março de 1920 os assuntos da pesca passam para a Marinha, que cria hierarquias para melhor controlar a pesca e evitar levantes dos pescadores, como no passado. Daí, em 1930, criam-se as Federações Estaduais e a Confederação Nacional. Pelo Estatuto de 1973, as confederações estaduais passaram a se chamar Federação, daí surge a FEPA.

## Um perfil do Conselho Pastoral da Pesca

O CPP é uma pastoral social ligada à CNBB<sup>10</sup>, que tem como objetivo desenvolver trabalhos voltados à promoção social dos pescadores artesanais e suas famílias, formar líderes e acompanhar as organizações pesqueiras, basicamente no nordeste do Pará.

Na região norte do Brasil o trabalho do CPP junto aos pescadores desenvolve-se quase que exclusivamente no Pará, embora já tenham ocorrido contatos preliminares nos estados do Amazonas e Amapá. Sua prioridade está na valorização da relação do pescador com o meio ambiente, começando por sua autovalorização nos aspectos político, social e cultural - elementos para a construção de sua identidade pesqueira.

São várias as regiões atendidas, dentre elas: Tocantins, Tapajós, Xingu e Salgado. No Tocantins as cidades atendidas foram: Cametá, Tucuruí, Breu Branco, Limoeiro do Ajurú, Baião, Mocajuba e Oieras do Pará; no Tapajós: Santarém, Prainha e Aveiro; na região do Salgado: Santo Antônio do Tauá, Maracanã, Quatipuru e Marapanim; no Xingu: Porto de Moz, Souzel e Vitória do Xingu.

<sup>10</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil





## Movimento Nacional dos Pescadores – Monape

O Monape nasceu dos anseios de uma classe que historicamente foi excluída dos direitos constitucionais. Aliás, a história dos pescadores artesanais no Brasil sempre foi marcada por lutas e conquistas. E havia a influência do impacto organizacional efervescente da década de 70. Esse movimento teve seu nascimento a partir da sensibilidade de um frei franciscano de origem alemã, Frei Alfredo que em 1970 veio morar no estado de Pernambuco, numa região onde a concentração de pescadores era grande.

Inicialmente, o grande papel do Monape era fazer com que os pescadores adquirissem maior clareza de sua própria situação e assim, de forma organizada, pudessem construir um sindicato capaz de melhorar e buscar recursos para o desenvolvimento da pesca artesanal. O grande passo, depois de criado o Monape era legitimar juridicamente e legalizar, perante a Constituição, algo que respaldasse a classe pescadora. Houve mobilização nacional dos pescadores a fim de sensibilizar o governo federal para que fosse institucionalizada uma categoria de classe, de modo que os pescadores pudessem buscar melhores condições de vida. Destacou-se a **Constituinte da Pesca**, uma grande assembléia nacional que objetivava criar propostas para ser incluídas na legislação de 1988. Lutas incessantes foram realizadas junto aos órgãos competentes: Ministério da Agricultura e Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca).

A Constituição de 1988, em seu artigo 8, parágrafo único, inc. I, estabelece: “as disposições deste artigo aplicam-se à organização de Sindicatos Rurais e de Colônias de Pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer”. No artigo correspondente, estabelece-se que é livre a associação profissional, observando o seguinte: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato”.

O objetivo do Monape é, com a credibilidade dos pescadores, avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, fortalecendo-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. As estratégias para atingir tais objetivos estão na realização de seminários e encontros para pescadores, crianças e jovens, incentivando a participação de lideranças locais no processo de capacitação; na produção de boletins e cartilhas informando sobre a importância dos pescadores; na sindicalização da mulher; na necessidade de associação na colônia para futuras aposentadorias; e em prestar informações gerais sobre a relação sustentável com o meio-ambiente.

O Monape tem um papel político-administrativo e de dinamização para levantar a realidade do setor pesqueiro e das organizações na pesca. As discussões e propostas são avaliadas em seus congressos nacionais internos. Busca-se negociar com órgãos públicos e bancos oficiais o acesso dos pescadores artesanais ao crédito, viabilizando alternativas econômicas com propostas de projetos às fontes de fomento.

Está presente diretamente em 12 Estados, com 198 Colônias de Pescadores e quatro sindicatos, em contato para ampliação do movimento em mais oito estados, o que equivale ao aumento de 35 Colônias<sup>11</sup>. O Monape executa um trabalho com mulheres pescadoras em 11 Estados, já possui 54 associações de pescadores e está ligado a sete federações em sete estados brasileiros. Com isso, sua atuação tira do silêncio mais de quatro milhões de pessoas que sobrevivem da pesca artesanal no Brasil e, sobretudo, mostra a importância do trabalho de 1,5 milhão desses pescadores que produzem 70% do alimento interno, ou seja, o que é consumido nos principais mercados de venda de pescado *in natura* do País<sup>12</sup>.

A grande importância histórica do Monape foi ter organizado os pescadores em torno da legitimação constitucional da profissão, na Constituinte da Pesca.



11 Dados de fevereiro de 2004.

12 Fonte: A Pesca Artesanal no Estado do Pará: Belém: Sinteps/SINE-PA, 2003. Dos quatro milhões de pescadores artesanais, 2,5 milhões pescam para subsistência, ou são agregados em embarcações de pesca para atender às indústrias nacionais ou proprietários de suas embarcações. Vale lembrar que esses números incluem os coletores de camarão em todo o Brasil. Esse estudo ainda informa que não há dados precisos sobre a população direta e indiretamente envolvida com a pesca artesanal.



## Movimento dos Pescadores do Pará – Mopepa

A criação do Mopepa (Movimento dos Pescadores do Pará) está ligada a uma série de fatores históricos que aconteceram principalmente nas décadas de 80 e 90. Com o objetivo de ter uma referência para os pescadores artesanais no estado e diante da má distribuição das riquezas, no que diz respeito à pesca artesanal, é que o Mopepa se coloca como um movimento capaz de lutar e garantir a participação ativa desse setor nas decisões de políticas que lhe interessam, e na construção de sua própria cidadania.

A luta pela criação do movimento começou no município de Santarém, quando um grupo de pescadores, incentivados pelo CPP, organizaram-se e conquistaram a Colônia que, a partir de então, passou a ser dirigida por verdadeiros pescadores comprometidos com a luta.

A fundação do Movimento iniciou com nove colônias; dentre elas, a Colônia de Pescadores de Cametá. No ano de 1985, os pescadores do Pará, através da luta do Mopepa, tiveram participação importante na aprovação da Constituinte da Pesca. Conjuntamente com outros pescadores do Brasil puderam dizer ao estado e à sociedade que são de fato uma categoria de trabalhadores, que contribuem com a economia local, regional e nacional e que precisavam ser reconhecidos como movimento organizado.

Apesar das dificuldades com a falta de recursos e de espaço físico como referência para as Colônias, o movimento foi criado e institucionalizado no ano de 1998. Hoje, o Mopepa abrange 26 colônias, das 79 que existem no Estado<sup>13</sup>, fazendo um trabalho baseado nos ideais e na linha de ação trabalhada pelo Monape.

<sup>13</sup> Dados de fevereiro de 2004.



# o Contexto do Município de Cametá

O Município de Cametá está situado na mesorregião do nordeste paraense, na microrregião do Baixo Tocantins. Possui uma área de 3.022 km<sup>2</sup> e limita-se ao norte com a cidade de Limoeiro do Ajuru, ao Sul com Mocajuba, a leste com Igarapé Mirí e a Oeste com Oeiras do Pará (Idesp, 1995).

A vegetação principal é do tipo palmeiras, representadas em grande quantidade pelo açazeiro (*Euterpe oleracea*) e o buritizeiro (*Mauritia flexuosa*). Estão atualmente bastante explorados, sobretudo os açazeiros, porque seus produtos - fruto e palmito - desempenham importante papel na economia local.

O açazeiro, que é a espécie em maior quantidade nessas áreas, ao ser cortado tem como consequência econômica a redução na produção de frutos na safra seguinte. Do ponto de vista ambiental, com o corte aparecem espécies invasoras sem valor econômico e ocorre a degradação dos solos pela lixiviação.

Cametá possui uma população de 97.504 habitantes, dos quais 50.075 são homens e 47.429 são mulheres. A população residente na área urbana corresponde a 41,42%, que perfaz um total de 40.388 pessoas, distribuídas em 20.030 homens e 20.358 mulheres. O meio rural é habitado por 58,58% da população, o que corresponde a um total de 57.116 habitantes, distribuídos em 30.045 homens e 27.071 mulheres. (IBGE, 2000).

Deste total da área rural mais de 50% encontra-se na região das ilhas, distribuída em 122 localidades com 523 Comunidades Cristãs (Fonte: Prelazia de Cametá). São aproximadamente 35 mil pessoas, denominadas de ribeirinhos e que reproduzem econômica e socialmente pela extração e comercialização de frutos de açaí, buriti, da pesca artesanal e do artesanato de cipó e talas. Deste material são feitos instrumentos de pesca, como o matapi e o paredão, bem como utensílios domésticos, como tupé, peneiras, paneiros e tipitis.





A economia extrativista apresenta fortes oscilações entre o período de liberação da pesca e safra do açaí, quando a população tem seu maior rendimento, e o período de defeso<sup>14</sup> do pescado e entressafra do açaí, quando ocorre uma queda vertiginosa da economia.

Dados levantados pelo SINE/PA<sup>15</sup> apontam que: 32% têm rendimento de um a dois salários mínimos. 23,5% dos pescadores obtêm renda mensal de até um SM. No estado, este estudo indica que 7,5% têm rendimento acima de cinco SMs.

Uma pesquisa realizada pela UFPA (Universidade Federal do Pará) nas ilhas de Cametá mostra que sem estabelecer uma separação rigorosa com as atividades de pesca, o açaí passa a ser reconhecido com uma atividade principal no seu período de safra que, em geral, corresponde aos meses de agosto e novembro. Nesses meses, a pesca não desaparece, mas os chefes das unidades familiares avaliam que o peixe fica muito mais escasso, obrigando os pescadores a se deslocar para lugares cada vez mais distantes. Mas, às vezes, por situações familiares específicas, isso não é possível. Aí então, a colheita do açaí passa a ser praticada com mais frequência. No período da entressafra, o preço da lata se eleva, chegando a custar até R\$ 40,00. No período da safra há uma queda no preço, chegando a ser pago pelo atravessador até R\$ 2,00. A maior frequência de coleta do açaí é de 4 a 5 vezes por semana (28,6%); aqueles que praticam essa atividade diariamente representam 21,4%, enquanto na pesca essa frequência relativa é de 57,1%. A média de pessoas de cada unidade familiar que é envolvida nessa atividade é de 3,2. Na pesca, essa média cai para 2,4.

A renda total gerada soma R\$ 393,00 no período da safra. No período do defeso, essa renda na produção cai, mas é compensada pelo seguro-defeso que complementa com um SM mensal para cada pescador ou pescadora. Como a pesca não é totalmente fechada, há o limite legal de captura de cinco quilos por pescador/dia não podendo comercializar as espécies proibidas pela portaria.

<sup>14</sup> Período de defeso é a época de desova das principais espécies de peixes migradores. Para cada bacia ou região tem um período que é definido em portaria do Ministério do Meio Ambiente. Na região de Cametá é de 01 de novembro a 28 ou 29 de fevereiro (quatro meses).

<sup>15</sup> Sistema Nacional de Emprego, com delegacia em cada estado da federação. O SINE é órgão do Ministério do Trabalho e é o pagador do seguro defeso dos pescadores artesanais. Para caracterizar esse direito vários órgãos do governo são envolvidos, o que gera grande ineficiência do sistema. Primeiro: O Ibama tem que emitir a portaria definindo o período de defeso para cada bacia. Segundo: a SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca tem que comprovar que o cidadão exerce a profissão e que não tem nenhum impedimento para acessar o benefício. Terceiro: O MTE, após consultar a previdência social, autoriza o pagamento.

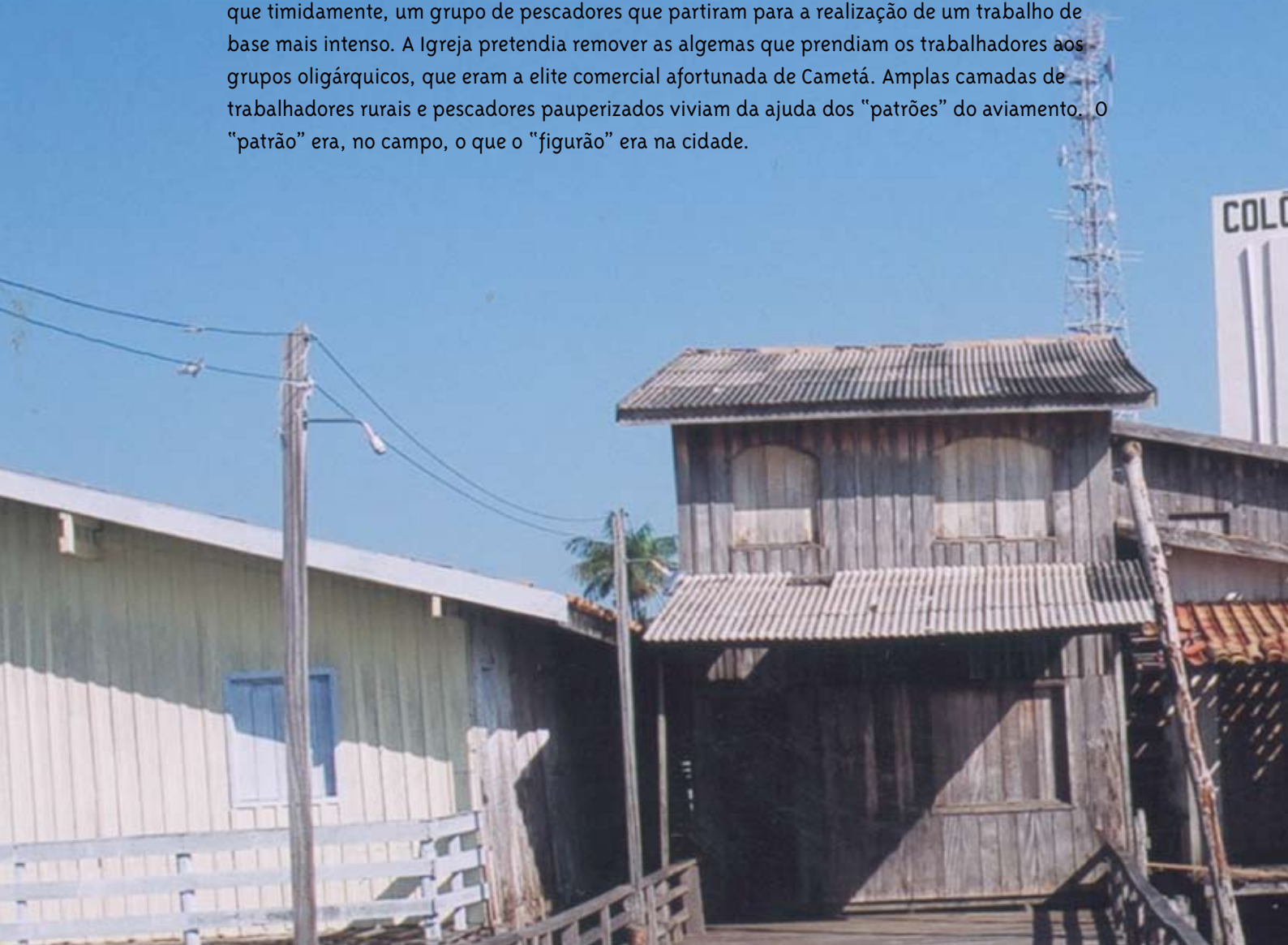
## A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá: Lutas e Conquistas

A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá foi fundada em junho de 1923 pela capitania dos portos do Pará e Amapá com o objetivo de servir aos interesses do Estado e ser instrumento de dominação.

Durante muito tempo, as Colônias permaneceram subordinadas ao Ministério da Marinha. Eram consideradas “reservas” e seus integrantes eram obrigados a prestar serviços gratuitos à Marinha — como guiar navios no labirinto fluvial amazônico, pelo conhecimento dos rios que os pescadores possuíam, e pescar para alimentar a tropa da armada.

A partir da década de 40, na época do governo de Getúlio Vargas, a subordinação das Colônias de Pescadores passou para o Ministério da Agricultura que, entre outras coisas, estabeleceu o estatuto único para todas as Colônias do Brasil. Desse modo, em vez da subordinação aos militares, as colônias passaram a servir aos interesses de políticos e, por conseguinte, às elites locais.

A partir de 1982, com o auge dos movimentos sociais no Brasil, a Prelazia de Cametá passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores, surgindo daí, ainda que timidamente, um grupo de pescadores que partiram para a realização de um trabalho de base mais intenso. A Igreja pretendia remover as algemas que prendiam os trabalhadores aos grupos oligárquicos, que eram a elite comercial afortunada de Cametá. Amplas camadas de trabalhadores rurais e pescadores pauperizados viviam da ajuda dos “patrões” do aviamento. O “patrão” era, no campo, o que o “figurão” era na cidade.





A patronagem era o sistema de relações e o aviamento era a “operacionalização” da patronagem, que se dava na forma de “crédito sem dinheiro” entre o comerciante e os extrativistas. O comerciante sediado na capital, Belém, supria a pessoa de sua relação em Cametá (grandes comerciantes – patrão para os extrativistas), para receber, em pagamento, o produto físico recolhido. O patrão atendia à necessidade dos extrativistas na mesma lógica, trocando produção por produtos do comércio. Dinheiro, só em caso de doença. O camponês se sentia atendido e tinha mercado certo para sua produção; e o patrão aumentava sua renda. “Ele compra por cinco o que vale 20 e vende por 20 o que vale cinco”, como reza um dito regional.

Uma das metas do grupo que se formou com a ajuda da igreja era a tomada da Colônia. Partiram, então, para a disputa, com intuito de tomar para si o direcionamento da entidade, que afinal havia sido criada para favorecer a classe pescadora. Disputaram duas eleições, sendo derrotados em ambas em pleitos fraudulentos, baseados no estatuto imposto pelo Ministério da Agricultura que dava plenos poderes à elite no comando da situação.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a mobilização dos pescadores em todo o Brasil, conquistou-se a autonomia de organização. As Colônias puderam, enfim, elaborar seu próprio estatuto.



É necessário lembrar que, na luta para a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá ser dirigida pelos verdadeiros pescadores, algumas pessoas tornaram-se importantes. Destacam-se, no período de 1980 a 1989, alguns companheiros como Felipe Monteiro dos Santos, pescador, morador da localidade de Itaúna, que encabeçou a junta governativa; Carlos Schafhashec Neto, representante da Prelazia, hoje Secretário Estadual da Pesca; e outros, que tiveram papel importante nesta conquista. No início dos anos 90, os pescadores intensificaram a luta e foram gradativamente buscando seu espaço, formando uma grande frente lutadora na qual se destacavam Juvenal Viana Teles<sup>16</sup>, Ney Lobato Gomes, José Fernandes Barra<sup>17</sup>, e o atual presidente da Colônia, Iracy de Freitas Nunes.

Com as mobilizações e assembléias conseguiram modificar o estatuto da entidade, respaldados pelas conquistas inseridas na Constituição Federal. Formaram uma junta governativa que venceu o pleito de 1989, mas não conseguiram assumir a presidência, impedidos, mais uma vez, pelo presidente da FEPA (Federação dos Pescadores do Pará), o que obrigou os pescadores artesanais a entrar na justiça. Meses depois, tiveram ganho de causa, ficando a Colônia, a partir de então, nas mãos dos próprios pescadores. Porém,

“Nós esbarrava no estudo, era tudo analfabeto. Nós tinha a vontade, ganhemo a Colônia com a cara e a coragem”.

João Pereira, pescador da localidade de Cuxiari

José Fernandes Barra, atualmente vereador, nascido da luta dos pescadores, da qual participou, sendo eleito secretário em 1994, analisa que:

“Nessa época, era muito difícil a gente implementar alguma organização, porque eles viam a colônia como um órgão assistencialista, clientelista. Estava muito naquela idéia de que a colônia era pra poder tirar ficha para uma consulta médica, extrair dente etc. Não viam como uma entidade de organização que pudesse estar à frente de outras lutas, na busca de outros benefícios”.

Hoje, os pescadores são considerados uma classe organizada. Adquiriram, por um longo processo de lutas e práticas, um novo modelo de gestão para direcionar a categoria. Foi fundamental na tomada do poder político local (Prefeitura administrada pelo PT).

16 Juvenal Viana Teles foi um dos grandes baluartes da conquista da Colônia de Pescadores. Exerceu dois mandatos seguidos e veio a falecer no ano de 2002, mas construiu sua história junto à categoria dos pescadores no município e no estado do Pará.

17 José Fernandes Barra sucedeu Juvenal Viana Teles e se elegeu em seguida vereador do município, o que vem demonstrando a grande força dos pescadores.

## Estrutura e funcionamento da Colônia Z-16 de Cametá

A hierarquia das organizações dos pescadores no Brasil é a seguinte:

Confederação Nacional dos Pescadores

Federação Estadual dos Pescadores

Colônia de Pescadores

As Colônias estão distribuídas em Zonas. As zonas representam as áreas de atuação, geralmente os limites dos municípios. Cada município é uma zona. Cada zona tem suas estruturas organizadas de diversas formas: capatazias, secretarias, núcleos. Em Cametá são as coordenações, antes chamadas de capatazias, distribuídas nas ilhas como forma de descentralizar a administração. Os coordenadores são os representantes legítimos da diretoria e fazem as declarações de exercício da profissão, por estar mais próximos dos que exercem a pesca. As coordenações têm a função de organizar os pescadores para os desafios, lutas e participação. Em Cametá, são 7.500 associados, de um total aproximado de 15 mil pescadores<sup>18</sup>.

A colônia não sobrevive somente do pagamento dos seus associados. A partir de projetos aprovados<sup>19</sup> consegue maior abrangência em termos de organização das comunidades, novas possibilidades e alternativas para a geração de renda e maior presença junto aos seus representados.


<sup>18</sup> Dados de agosto de 2005. A estimativa de número total de pescadores é aproximada porque muitos não têm documentos. Muitas pessoas dizem que nunca precisaram de nada que exija documentos, por isso não se interessam em tirá-los; dizem que não precisam da Colônia, nem do Sindicato, e preferem ficar sem registros. Muitos outros tiram, aproveitando as campanhas.

<sup>19</sup> Com fontes como PDA, FNMA, PNUD, IIEB/PADIS.





# Os Acordos de Pesca no Município de Cametá



A pesca e a relação com o rio marcam a vida material e social dos pescadores artesanais que utilizam, de modo sustentável a biodiversidade nele existente como fonte de alimentos.

“Os ribeirinhos habitam às margens das águas Tocantinas, a grande maioria paupérrima, vive do mais primário extrativismo — a quilômetros de distância das chamadas conquistas da civilização. Filhos, muitos filhos, são a única fartura nessas ilhas multicoloridas.” (Carvalho, 1998)

Rios, lagos, igarapés, furos corporificam o espaço do homem ribeirinho do Baixo Tocantins e permitem a obtenção de sua subsistência. As águas são fonte de alimentação, de produtos para comercializar e de vias de transporte, mantendo viva sua cultura de economia extrativista. Os apetrechos de pesca tipo malhadeira, matapi, linha de anzol, tiradeira, arpão, zagaia, espinhel, pari, paredão, que por séculos vêm sendo utilizados por esses povos das águas, representam essa dinâmica cultural.



Esse equilíbrio foi quebrado com os impactos sociais, ambientais e econômicos da barragem de Tucuruí. Como estratégias de permanência nos seus espaços, as comunidades estão desenvolvendo uma nova forma de manejar seus recursos pesqueiros, adaptando-se às novas condições ambientais. O elemento central dessa nova estratégia é o Acordo de Pesca, que tem se consolidado em várias comunidades. Esses acordos, delimitados a um rio ou um lugar situado em várzea, definem regras cujo principal objetivo é diminuir o esforço de pesca por meio da limitação de acesso e de formas de uso. Limitar o acesso significa restringir locais onde não se podem praticar determinados tipos de pesca como, por exemplo, nos poços de reprodução não se pode lançar rede, mas é permitido pescar com caniço. E formas de uso são regras como: não bater na vegetação ciliar, não cortar a vegetação, não matar tucunarés quando estão no ninho, determinação de quantidade que pode ser capturada e, quando fazem a pesca coletiva, a forma de divisão da captura. O objetivo dessas regras e limitações é assegurar a manutenção da produtividade dos rios.

O Ibama, reconhecendo sua incapacidade de mediar esses conflitos e gerenciar os recursos pesqueiros da região está mudando sua filosofia de gestão, definindo critérios e mecanismos para legalizar os acordos e integrá-los no sistema formal de gerenciamento pesqueiro. Para isso, conta com o respaldo de normas, estatutos e regimentos criados pelo governo federal (Portaria 29 de 31 de dezembro de 2001) e pelas próprias comunidades.

No município de Cametá começou-se a pensar nos acordos de pesca a partir de 1985, com a primeira experiência na comunidade de Paruru de Janua-Coelis. Foi a partir dessa iniciativa que os pescadores artesanais começaram a formular Acordos de pesca em reuniões comunitárias, estabelecendo um conjunto de regras com a participação de toda a comunidade e definindo o acesso e uso do recurso pesqueiro.

A emergência do Acordo de Pesca é uma evidência de que os usuários locais são agentes ativos que respondem aos problemas ambientais. O acordo parte das características do ecossistema e dos atores sociais locais, mas sempre adequando essas especificidades à legislação ambiental, para que não se criem armadilhas legais que possam ser questionadas por outrem.

## Os Pescadores Artesanais Ribeirinhos

Dentre os principais atores relacionados ao uso do recurso de várzea estão incluídos os pescadores artesanais denominados de ribeirinhos. Geralmente, moram em comunidades compostas de uma dezena a algumas centenas de unidades familiares com relação de parentesco. As comunidades apresentam uma organização básica de liderança política, religiosa e esportiva, e na maioria das vezes possuem alguma infraestrutura como escola, meios de transporte etc.

Os ribeirinhos mantêm uma atividade mista de uso de recursos incluindo pesca, criação de pequenos animais (galinhas, patos, porcos) e extrativismo vegetal. A importância de cada atividade na economia familiar pode variar bastante de uma família para outra, mas no geral todas dependem da pesca e do extrativismo vegetal. Os pescadores artesanais são os criadores do Acordo de Pesca e os que mais se beneficiam com o seu estabelecimento. No entanto, é necessário ter uma visão de futuro e sair do imediatismo para perceber isso, já que a finalidade dos acordos é ampliar os estoques pesqueiros por meio de estratégias de limitação de acesso e de uso.





## Conjunto de Regras dos Acordos de Pesca

O “Acordo de Pesca” é fruto de um processo de discussão. É construído a partir de sucessivas reuniões para assegurar o máximo de representatividade entre os diferentes usuários dos recursos. As regras incorporam aspectos culturais locais, econômicos e políticos, como o sistema de patronagem, e questões externas, como a política governamental e o mercado.

Em termos oficiais, a atividade de pesca é regulada por uma legislação federal e por portarias estaduais e municipais, além das portarias regionais do Ibama no período de defeso. A ausência dos poderes públicos e a inadequação das portarias de defeso ao sistema ecológico e social dos rios<sup>20</sup> têm possibilitado o crescimento de iniciativas locais como mecanismo de gerenciamento da pesca.

Para participar dos acordos o critério básico é residir numa das comunidades envolvidas. As regras são dirigidas aos seguintes aspectos: a) apetrechos de pesca; b) local de pesca; c) espécies de peixe; d) estação do ano. Delimitam o acesso ao rio criando, em princípio, certos conflitos dentro e fora da comunidade.

Um exemplo é a proibição do puçá, considerado predatório por capturar peixes de diferentes espécies. Não é seletiva para tamanho dos peixes e é feito em forma de arrasto, revolvendo o fundo dos rios.

Embora as regras de acesso e uso sejam relativamente claras e reafirmem legislações já existentes de forma simplificada, a maioria dos acordos carece de uma estrutura consistente de regras de punição e fiscalização. As punições mais utilizadas são: advertência oral pela comissão da Associação<sup>21</sup>, apreensão temporária e destruição dos apetrechos de pesca proibidos; em seguida, denúncia aos órgãos competentes; e, em alguns casos, raros, chega-se à reclusão do infrator. Em caso de se chegar a essa última alternativa, o Ibama solicita o apoio da polícia.

<sup>20</sup> Por exemplo: alguns tipos de material de pesca predatória não estavam incluídos na lei de crimes ambientais (foram incluídos recentemente, com a Portaria 043/2004 do Ibama). Outro exemplo de inadequação é que a portaria é para a Bacia do Araguaia-Tocantins, que são realidades totalmente diferentes. O período de defeso do Tocantins é baseado nos estudos realizados no Araguaia e no Amazonas. Os pescadores da região, por experiência, afirmam que o defeso deveria ser de outubro a janeiro e não novembro, e que a lista de proibição deveria ser outra, porque muitas espécies da lista não estão no período reprodutivo nessa época. A discussão é ter uma portaria exclusiva para o baixo Tocantins, na região de baixo da barragem.

<sup>21</sup> A Comissão é formada durante o fechamento do Acordo. São pessoas escolhidas na assembléia para serem responsáveis por receber reclamações, organizar eventos como palestras para as famílias, cursos de educação ambiental, legislação e para fazer a ligação entre a Associação e o Ibama. Geralmente, essas pessoas são da diretoria da própria associação e outros são apenas sócios.

Com a legalização dos Acordos pela Portaria MMA/Ibama 029 de 31 de dezembro de 2001, estes ganharam força de lei e o apoio do Ibama no processo de fiscalização. Uma segunda inovação foi a formação de agentes ambientais voluntários das comunidades, com poder de constatação para organizar a fiscalização dos acordos, autorizados pelo Ibama local.



## Alguns apetrechos de pesca

**Puçá** — Grande rede de malha fina, chega a 1.300 metros. Serve para fazer grandes bloqueio e arrasta o fundo do rio. Pega tudo; por isso, há necessidade de extinguir este material. A existência dele em Cametá é fruto das relações patronais e políticas que se estabeleciam - muitos eram pequenos empresários com esse tipo de material que precisa de uma turma de pelo menos 80 pessoas.

**Espinhel** — Cabo (corda) onde ficam várias linhas dependuradas com anzol e, após iscado, é esticado no rio. Os anzóis ficam cerca de meio metro distantes um do outro

**Ferradeira** - Linha com vários anzóis (na mesma linha) com um peso na ponta inferior. O pescador, ao identificar o cardume, desce a linha e fica tentando “ferrar” o peixe. Os anzóis penetram no peixe, que não pega o anzol por não ter isca. É utilizado exclusivamente na pega de mapará.

**Malhadeira** — é a rede de pesca fabricada de fibra, tem malhas de 4 a 6 mm entre nós e geralmente tem até 100 metros. O termo malhadeira é devido ao material de fabricação e o tamanho. A rede é de nylon e pode ser de até 1000 metros, dependendo da situação financeira do pescador.





# As Experiências dos Acordos de Pesca nas Comunidades do Município de Cametá

## O Acordo de Pesca do Rio Jorocazinho de Baixo

A Acopremarj (Associação Comunitária de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho) é uma entidade civil sem fins lucrativos, regida pelos seus estatutos e pelas disposições legais aplicáveis. Tem o apoio das seguintes entidades: Ibama, Colônia Z-16 e PDA

A referida Associação, usando de suas atribuições legais e estatutárias, decreta a seguinte nota:

- Todos os moradores da área em preservação têm o dever de colaborar pelo bem estar da população ajudando na educação ambiental, preservando junto ao meio ambiente.

Para que os objetivos sejam alcançados devem ser obedecidas as normas estatutárias como:

- Pescar no rio sem usar instrumentos predatórios como:

Malhadeira de arrastão, ceboleira, tarrafa, físgadeira e puçá.

- Não será permitida a exportação dos alevinos (peixe miúdo) tiração de acarí, vendas de pássaros e animais silvestres.

É proibido também o acesso de pessoal no local onde será feita a pesca do mapará evitando assim a invasão e proteção aos mergulhadores.

Não é permitido corte de aturiá na área preservada assim como baque de água com vara na beira do rio.

A bacia do poço da rampa é intocável.

OBS: As malhadeiras a serem usadas serão limitadas da seguinte forma: malha 30 mm e com 30 metros de comprimento.

Vamos todos desenvolver sem depredar!

Jorocazinho de Baixo, 25 de junho de 2001.

Acopremarj, Ibama, Colônia Z-16 e PDA





CIDADE DE CAMETA

PRAIA GRANDE  
JARACUERAZINHO

MARACÚ ESP. SANTO

MARACÚ CARMO

CURUÇAMBABA

TAUAJÓ

CURUPERE

BELOS PRAZERES

BOM JARDIM

TABATINGA

KARAPAJÓ

GUAJARÁ DE BAIXO

PORTO GRANDE

GUAJARÁ DE CIMA

BITUBA

AJARAPANEMA

CATALÃO

ARIMANDEUA

VILA SÃO BENEDITO

VILA DO CARMO

MOIRABA  
AREIÃO  
MAZAGÃO

TOMÃO MUPI

C. MIRE

JAITUBA

JORDA DE BAIXO

JENIPAPO

OUVIDIO

JORDA GRANDE

JORDA DE CIMA

MARAJÓ

XINGU

ILHA CARIM

JACAREUA

ILHA CABELO

LARANJAL

ITANDUBA

ILHA DE JURUATE

MURUTIZAL

PACACANGA

KAMETA TAPERA

CALUAU

CAPITEUA

GAMA

MAPEUA

TORRES

GUAJARÁ

PACAIA  
ZUÁRIO

CURUATA

AJARAI

CIDADE DE CAMETA

ARICURÁ

ITAUNA

ITAUNA DE  
ITAUNA

LUXUPIARI DO  
CARMO

LUXUPIARI  
F. GRANDE

PARURU DE  
BAIXO

LUXUPIARI  
COSTA

MAPIRAI DE  
BAIXO

INALHA

CARAPINA

PACUI DE  
BAIXO

LUXUPIARI  
COSTA

PARURU DE  
CIMA

MAPIRAI DE  
CIMA

PAZENDA

PACUI DE  
CIMA

MARINTEUA

GUAJARÁ DE BAIXO

PORTO GRANDE

GUAJARÁ DE CIMA

MURUACA

MUTUALA DE  
BAIXO

AJARAPANEMA

CATALÃO

ARIMANDEUA

TENTEM

JUBA DE BAIXO

JUABA

PACOVATUBA

ILHA G.  
JUABA

JUBA DE CIMA

MENDARUÇU

BARRA DA  
VARZELA

TUREMA  
S. M. MARIA

FURTADOS

PACOVATUBA

VILA SÃO BENEDITO

VILA DO CARMO

MOIRABA  
AREIÃO  
MAZAGÃO

Localizada a cerca de 8 km da sede do município de Cametá, a comunidade de Jorocazinho de Baixo faz parte do complexo de ilhas da região Tocantina. O rio é de grande extensão e de enorme beleza e sua população tem sido um importante exemplo na luta pela preservação do pescado. É uma comunidade engajada, que não tem medido esforço para sensibilizar os moradores para a importância dos acordos de pesca e para a necessidade de respeitar o período de defeso.

## Por que foi feito o acordo

A necessidade de chamar uma discussão sobre Acordo de Pesca e preservação do rio aconteceu por conta da escassez de alimento, sobretudo o pescado – peixe e camarão. Além disso, havia também o aumento de doenças, devido à má qualidade da água. Tudo isso em decorrência dos impactos negativos causados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. D. Rita, moradora e líder comunitária da região, faz as seguintes considerações:

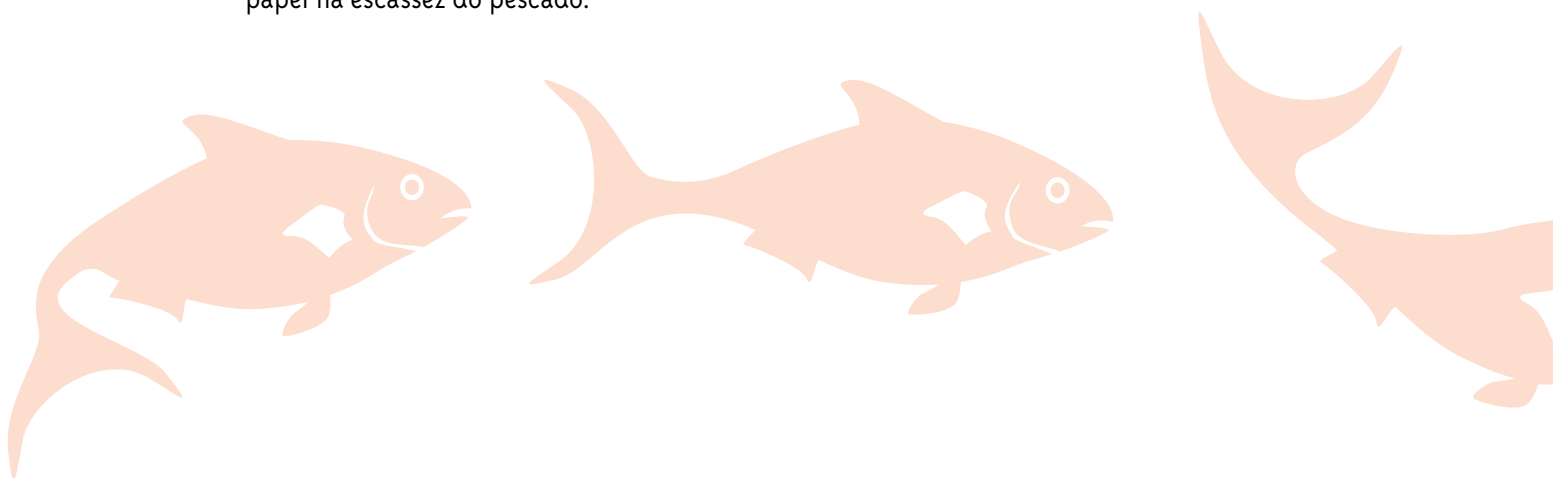
Desde 92, ou muito antes, a gente já vinha se preocupando com a escassez do lugar, doenças que a gente vinha também observando e, lá pelo meado de 92, a gente fez reuniões aqui. Teve um sócio da associação, João Figueiredo, ele chegou aqui e falou: olha nós vamos ter que tomar mesmo providência, porque não tem mais nada pra nós.

Um dos importantes idealizadores do Acordo de Pesca na localidade de Jorocazinho de Baixo foi o pescador João Figueiredo Alves, que disse o seguinte:

Eu tinha uma impressão que esse nosso rio aqui podia ter muito peixe, mas só que nesse período tinha uma tiração de acari aqui no rio, tinha também uma cercada com malhadeira, uma extensão de cem metro e o pessoal caía de vara, batendo água... Isso atinge uma extensão muito grande, essa zoada espanta o peixe. Com isso, não tem lugar que fique peixe e todo lugar fica faminto. Eu comecei a anunciar, eu tinha uma idéia de preservar isso daqui, se o povo me ajudasse nós ia ver se conseguia isso.

A “tiração de acari” a que o pescador se refere é a pega de acari no fundo do rio, dentro dos troncos das árvores. Mergulha-se e tira com as mãos. É uma prática condenável porque revira todo o fundo do rio e afugenta os peixes que inclusive queiram desovar no local.

O instrumento de pesca chamado puçá (uma rede de malha muito fina) teve um importante papel na escassez do pescado.





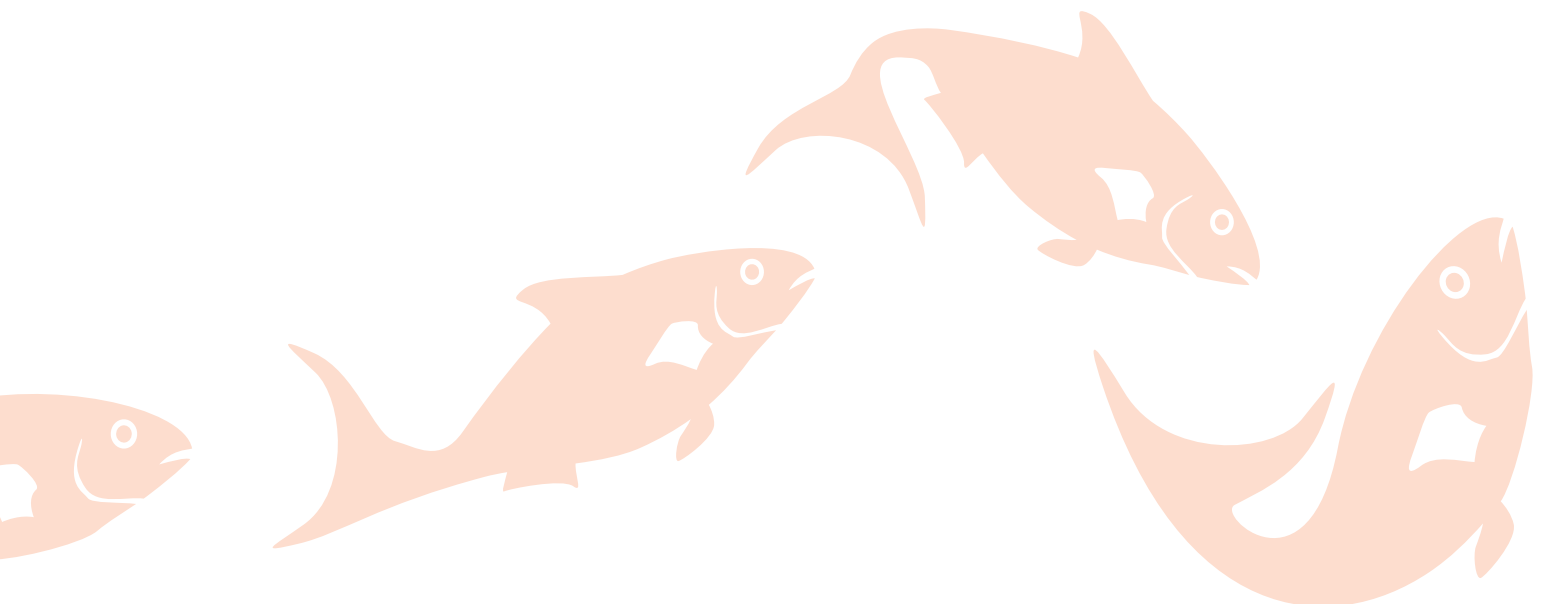
Eu recordo muito bem que num dia, foi nessa bacia da rampa aí, seguidamente, dentro de poucas horas, foram oito bloqueios de puçá! E nós lembramos bem que a última coisa que tiraram daí foram maravalha e folha que veio do funco... Naquela época era muito a invasão sobre a tiração de acarí, muitos homens que se jogavam aí puxando pau do fundo. Nessa época deu um surto de diarreia aqui. Quando vinha a água, que enchia...Era só lama! E com isso a gente resolveu tomar essa iniciativa, foi por uma necessidade.

(Dona Rita)

Observa-se, pelo depoimento, que a utilização do puçá intensificou de forma decisiva o processo de extinção do pescado, basicamente porque, tendo malha muito fina, não permite que os peixes menores escapem para que possam atingir o tamanho ideal para a pesca. O puçá, naquele momento em que o pescado começava a ser escasso na área, era um instrumento inovador; grande parte dos pescadores adotou este método por não deixar nada “escapar de sua malha”.

De acordo com D. Rita, o que faz o trabalho ser levado em frente até hoje é a necessidade de garantir a sobrevivência e melhores condições de vida para as pessoas.

O que levou a gente foi essa necessidade, o prejuízo que a gente estava tendo. Essa necessidade está fazendo com que até hoje a gente possa levar esse trabalho em frente... Essa decisão que a gente tomou aqui, nós esperamos que seja tomada em outros e outros lugares, para a melhoria da população.



## O que é a pesca do mapará

Para entender a dinâmica da pesca artesanal na região, é preciso saber como se pesca o mapará, que é o peixe da alimentação popular regional.

O mapará é um peixe liso de hábito iliófago (se alimenta de lodos ou limo). É muito gordo, por isso a indústria de pesca não o utiliza no processamento. Talvez seja por isso que não há pesquisa e nem interesse em pesquisar a dinâmica, a biologia e a reprodução desse peixe, uma vez que os centros de pesquisa, no caso o CEPNOR<sup>22</sup>, só olham para a pesca industrial. É o peixe símbolo da região.

A pesca do mapará se faz com rede aberta. É necessário uma turma de cerca de 50 pescadores para que o peixe não fuja. Para identificar o cardume há a figura do taleiro, que conhece o tamanho do cardume com uma tala (espécie de sonar). A rede é aberta em duas pontas, em forma de V. As duas pontas se encontram. Entram em ação os mergulhadores, pessoas treinadas que mergulham com cabos para cruzar as duas margens da rede, formando um poço. Neste momento, o cardume está totalmente preso. Daí vão puxando a rede, fechando cada vez mais o espaço, até ficar em condição do peixe ser coletado em paneiros e jogado nos barcos, que já estão a postos para receber.

O mapará é como a visão total de Cametá, né. A gente sobrevive só de mapará...  
(D. Rita)

<sup>22</sup> Centro de Estudos Pesqueiros do Norte do Brasil. É um centro ligado ao IBAMA, que funciona no prédio da Universidade Federal Rural da Amazônia, no Pará.



## Como foi feito o acordo

No Jorocazinho de Baixo o Acordo de Pesca começou no dia 19 de dezembro de 1993. Segundo o Sr. Gilberto, residente no rio,

A primeira reunião que nós tivemos aqui foi no dia 3 de abril de 1993. Naquele dia, tinha 21 pessoas do Joroca e uma pessoa do Jaituba. Esta foi a primeira reunião que nós tivemos. A segunda reunião foi no dia 6 de junho do mesmo ano, com o Ibama. Quando nós fizemos o Acordo de Pesca aqui, que não tinha nada, nós não tivemos problema com ninguém. Nós fizemos o acordo, saiu daqui, foi noticiado e não houve resistência de nenhuma pessoa, nem questionamento, porque não tinha nada. Agora, nós começamos a ter problema quando começou a ter peixe de novo...

D. Joana, que também é moradora do rio e membro da comunidade, complementa:

Aqui nesta comunidade estava presente a colônia dos pescadores, comunidades locais do quarto distrito, prefeitura municipal de Cametá, câmara dos vereadores, Ibama, fórum judiciário da comarca de Cametá, Cuxipiari também estava presente... Reuniram aqui e foi assinado a fundação da Associação de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho.


Inicialmente, a idéia foi formar uma área de preservação que, segundo alguns membros da comunidade, seria importante para conter a ação de alguns pescadores que estavam agindo de forma indiscriminada no rio, utilizando instrumentos que prejudicavam a reprodução e crescimento do pescado. Para isso, o Sr. João Figueiredo foi orientado a procurar o Ibama, pois era de suma importância conseguir apoio do órgão competente.

Eu fui na cidade, fui falar com o Ibama porque, sem o apoio do Ibama, ninguém pode fazer nada... Eles me deram o apoio, agradeceram, aí eu pedi por escrito, pra poder provar que nós ia ter a reunião aqui<sup>23</sup>.

23 Interessante observar o valor da palavra escrita, do documento no papel. A força dessa simbologia percorre toda a ação do acordo de pesca; o documento escrito é altamente valorizado, embora muitas pessoas não saibam ler. A força da lei, de ser um documento com respaldo legal, de estar apoiado pelos órgãos responsáveis, de ter assinaturas de todos, de ter sido discutido e firmado em assembleia, tudo isso fica plasmado no papel. E esse papel é muito importante; os dirigentes costumam andar com cópias dos principais documentos em suas bagagens (mesmo que sejam analfabetos), as pessoas gostam de ter cópias dos documentos e as associações cuidam de seus arquivos.



Dando-se conta da gravidade da situação, os moradores de Jorocazinho de Baixo iniciaram reuniões para tentar encontrar soluções capazes de conter a extinção do pescado. Para isso, procuraram apoio de outras comunidades, como Paruru de Janua Coeli, que já vinha realizando o Acordo de Pesca. Também foi solicitada a ajuda do Ibama e da Colônia de Pescadores Z-16.



Então nós resolvemos, no dia 5 de setembro do mesmo ano, fazer uma reunião aqui pra nós fazer a primeira pesca. Alguns vereadores vieram aqui, a colônia, já com o Juvenal, o Ibama. Foram criados alguns critérios, como seria dividido o peixe, quem iria pescar... Fizemos esse acordo pra fazer a primeira pesca.

Nós tínhamos um objetivo, quando foi feita a preservação aqui. Não proibimos ninguém de pescar. O pessoal alega, como um advogado tal chegou a fazer um documento e me tachou na frente do promotor, que nós tava privatizando o rio..., Mas nós não proibimos aqui, jamais, uma pessoa de pescar. O que nós fizemos foi organizar e que acontecesse a pesca, sim, de uma forma correta e organizada, foi esse o objetivo.

(Sr. Gilberto, pescador e membro da comunidade)

O acordo tem um forte caráter mobilizador e organizacional. Foram formadas equipes que realizaram visitas em todas as casas, para informar os moradores do Acordo de Pesca, sua importância para toda a comunidade e o que cada família poderia fazer para garantir seu funcionamento e continuação.

João Rola, pescador do rio Jorocazinho de Baixo, relata como se deu este trabalho:

Nesse processo, nós fizemos o seguinte: coloquemos tudo as regras, depois nós saímos de casa em casa colocando pra cada morador. Todos os moradores daqui arreceberam. Se hoje tem algum morador que não cumpre o que está no papel e que foi pregado na parede... Porque eu fui nas casas e preguei na parede os detalhes que estavam escritos lá sobre a questão das leis do lugar.

## Benefícios

Os benefícios alcançados pelo acordo têm sido muitos e de grande importância para a comunidade. Nos apontamentos da Comissão da Associação, no ano de 1996, pescou-se o equivalente a cerca de 10 paneiros (um paneiro pesa 50kg); em 2001, 200 paneiros; em 2003, chegou-se a 350 .

Isso mobilizou os moradores e fortaleceu as parcerias para a empreitada.

As parcerias começaram a se intensificar, por exemplo, com a Colônia, com o Ibama... Você está conseguindo mobilizar os moradores pra esse tipo de coisa. Tem a questão da própria alimentação e tem também o lado social que é sempre bom a gente destacar.

(João Rola, pescador do Rio Jorocazinho de Baixo)

Um outro importante benefício alcançado, segundo os moradores do rio, foi a normatização dos instrumentos de pesca permitidos. João Rola destaca tais vantagens quando diz que:

Hoje nós temos um estatuto. Lá é colocado que nós usamos malhadeira malha trinta, a fibra trinta também, e com trinta metro de comprimento por dois de altura, isso pra colocar em lugar adequável... Outro é sobre o acará, pra que ninguém pudesse mexer os paus do fundo. Também pra colocar tarrafa, que se colocasse no lugar, enquanto o espinhel, o caniço e a ferradeira, estavam extinto...

João Figueiredo cita alguns instrumentos que constam no estatuto da comunidade como proibidos para a pesca.

A tiração de acari, proibido; a malhagem de arrasto aqui no rio, proibido; a pesca de puçá, proibido; a cercada de beira, proibido. Certo é que nós conseguimos esses itens, proibimos todo esses ...

Essas proibições trouxeram alguns benefícios, relatados pelos moradores e tidos como de fundamental importância:

Depois da implantação do acordo, nós já tivemos renda pra nós, pra essa comunidade, porque nós já peguemos peixes. Ano passado nós peguemos uma base de dezesseis toneladas nessa região do aqui do Joroca ... (João Rola)

Nós temos conseguido e graças a Deus tem dado resultado, porque agora esse ano passado deu tanto dourado aqui nesse poço da rampa que pessoal de outros lugares vinham pescar e puxavam quantidade de peixe. Já teve gente de pescar esse mandubé, de puxar paneiro e meio de mandubé, pescada.

(João Figueiredo)



Ano passado deu muito mapará aqui. Pegaram uma semana toda... Muita gente salgou, secou no sol e teve muita família que, em dois ou três dias, venderam. Isso já ajuda. E ajuda muito. Antes eles nunca me davam, mas hoje dão. Tirei a comida e ainda fui comprar botijão de gás... A produção e a alimentação também melhorou.  
(Dona Rita)

Outros benefícios, segundo João Figueiredo, estão, por exemplo, na possibilidade de o pescador utilizar seu caniço para pescar o peixe sem agredir o meio ambiente, utilizando apenas o suficiente para o sustento da família.

Depois que nós criamos esta organização, está dando resultado. Pelo menos este ano, agora no tempo do mapará, quando iniciou a subida do peixe. O pescador daqui topou, tinha peixe aqui na rampa pra seiscentos e tantos paneiros. Então tem vantagem, em outros tempos não parava esse peixe aqui...

Segundo Dinar Cordeiro, com a implantação do Acordo de Pesca, reforçou a autoridade do povo do lugar:

Muitos se deram bem com esse acordo. Naquelas alturas, por exemplo, se bloqueava um peixe aqui, quando a gente já ia chegando lá, o cara<sup>24</sup> já tinha até corrido... Hoje não, pega o peixe, há o acordo... Eu acho que nós fomos até um espelho, porque quando começou aqui, aí foi começando, algum já foi vendo, algum vinha ver, mas foi cada um ir fazendo nos seus lugares... Acabou aquele negócio de o pescador tem autoridade, jogar a rede no porto de quem ele quiser porque ele paga, porque ele faz isso e aquilo... Mas que conversa é essa! Porque eu acho que um acordo do povo do lugar é uma autoridade total, porque é eles que faz o regulamento pro pescador.

Antes de ter acordo, os donos de puçás entravam em qualquer lugar, arrastavam e iam embora sem dar satisfação pra ninguém. Por isso que os confrontos, confrontos mesmo, aconteceram. Teve caso de quase assassinato. A divisão do pescado capturado nos bloqueios é, hoje, parte do acordo.

24 O dono da rede, que, na tradição do lugar, deveria distribuir parte do pescado para a população do lugar onde foi feito o bloqueio.





## Conflitos

Tivemos problemas com alguns moradores, inclusive, se for ver a história a gente sabe que a situação aqui dividiu... E a coisa é que o peixe é de todos, o peixe tem dono, é coisa sagrada, foi Deus que nos deu pra nós. Agora, deu pra nós cultivar. Então foi criado um pensamento de grupo, como foi colocado aí, e quando apareceu o fruto do trabalho de grupo, aí começa a crescer o que? A ambição, o olho grande, todo aquele negócio, aí começa os conflitos. Porque apareceu fartura, aí fomos tendo os grandes problemas. O grande desafio pela frente é pra tentar manter aquilo que queremos e até hoje temos nossas associações mantida. Tivemos alguns problemas com moradores e pessoas que vieram de outro local pra cá criar problema...

(Jair, pescador e morador do Rio Jorocazinho)

João Rola avalia que ainda existem moradores que não cumprem o Acordo de Pesca. Ele diz que a culpa não é da comunidade, mas do próprio morador, que ainda não adquiriu a sensibilidade necessária para perceber que todo este esforço está sendo feito para o benefício de todos. João Rola também reconhece a necessidade de se fazerem novas reuniões para socializar com os moradores o trabalho que está sendo feito, os resultados alcançados e o que precisa ser melhorado com a ajuda de todos.

Ainda não fizemos uma reunião com todos os moradores pra colocar alguma coisa sobre a questão do nosso lugar, do trabalho que estamos fazendo, porque ainda não chegou o momento. Mas nós estamos fazendo, primeiro nós fizemos isso, quer dizer, um alerta...



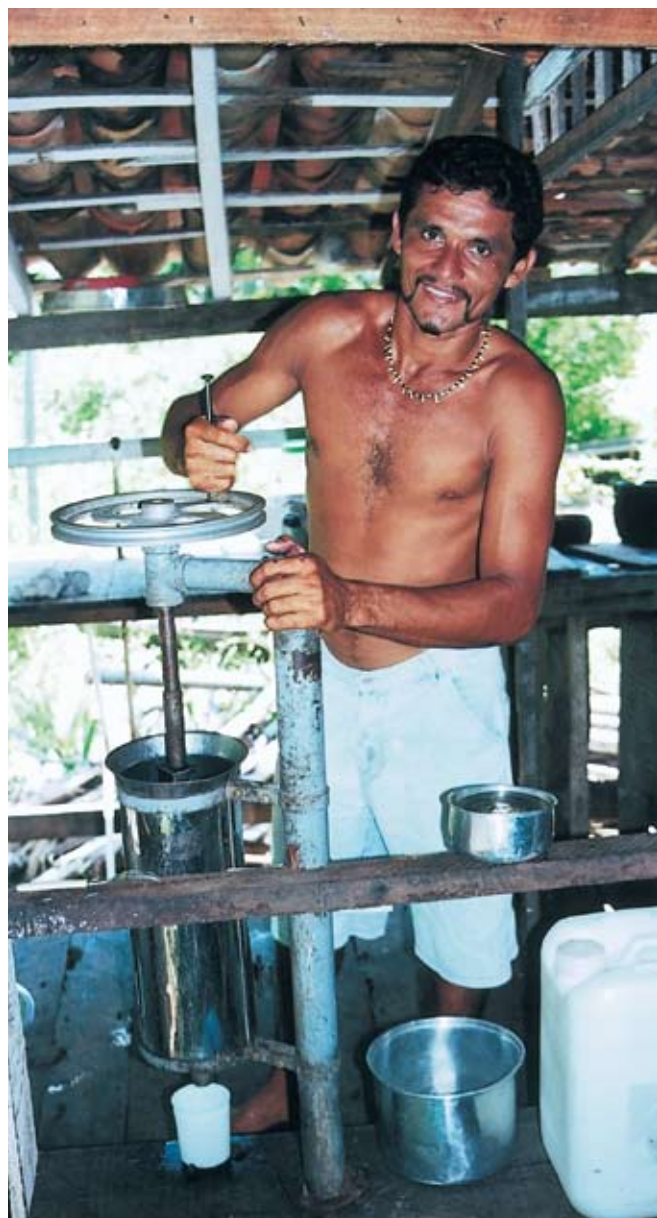
Ele diz que, embora alguns moradores tenham transgredido as regras do Acordo de Pesca, nem por isso foram levados a julgamento no fórum judiciário. Explica que, quando a associação fica sabendo que alguém está agindo de má fé os associados chamam a atenção do pescador. Para ele, alguns pescadores não cumprem o Acordos de Pesca porque:

Às vezes ele pensa por duas coisas: que naquele momento ele vai ser saciado com o negócio do trabalho, que ele vai pegar um peixe, associar a vontade dele, mas depois ele não vai pensar que ele vai prejudicar o mesmo lugar. Essa questão do pescador hoje, na região de Cametá, é aqueles que ainda não tiveram essa consciência, porque o pescador que tem sua consciência, ele não vai se prejudicar ele mesmo. Nós temos que trabalhar na questão da economia porque se estamos trabalhando naquele lugar, se eu acho que posso pegar três quilos de peixe pra alimentação do dia, eu já tô satisfeito, mas tem gente que coloca a malhadeira, que pegou cinco quilos e acha que tem que pegar vinte, pra manter... Já vai fazer parte de negócio<sup>25</sup>.

Ainda há conflitos também com pessoas que vêm de outros rios e se sentem no direito de pescar da forma como bem entendem, causando certo mal-estar aos moradores locais. Tudo isso tem resultado em vários conflitos, havendo discussões bastante agressivas desde o início do acordo até hoje. Os próprios moradores reconhecem que isso sempre vai fazer parte do processo de manutenção do acordo.

O primeiro grande problema era o dono do terreno, que era "dono do rio", foi o primeiro problema que nós tivemos. Ele dizia que era dono do terreno e que ia mandar fazer a pesca do peixe, que era dele porque ele era o dono do terreno e dono do rio. Nós entendemos que os rios são de domínio público e de uso comum do povo, então não é propriedade particular. E se é de uso comum do povo, ele dita regra. A própria lei diz isso, é de domínio público, mas é proibido pescar tal época, proibido pescar em área que está sob proteção. (Gilberto)

25 A quantidade para captura diária, cinco quilos, é ditada pela legislação do defeso.



Foi necessário o povo entender que esse tipo de intervenção — as regras do acordo — fazia-se necessário para garantir a reprodução dos peixes, com o intuito de afastar o perigo da extinção. Mas a questão da visão imediatista e individualista é muito forte:

Conflito, nós temos passado muito e conflito não acaba porque mesmo onde não tem organização a gente vê conflito. Porque quando a gente vê que aparece alguma coisa assim, quando a gente organiza, que aparece as coisas, é mais quem pensa em si.

Dinar Cordeiro, morador e pescador do Rio Jorocazinho de Baixo, vê com desalento a falta de crença na organização e como alguns moradores do lugar não se conscientizam.

Alguém não se dá bem com isto, porque ele estava acostumado a fazer a bagunça, ainda faz por aí, talvez escondido...Eu acho que é uma doença do povo, não querer obedecer ordem, o regulamento, coisas que vêm até pro benefício da gente...

Tudo se torna muito mais difícil quando não se tem outras alternativas, e João Rola, que também faz parte da Colônia dos Pescadores Z-16, diz o quanto é difícil colocar em prática tudo aquilo que é discutido:

Eu estou há 20 anos na colônia batendo com esse pessoal e a gente não consegue. Teve uma reunião lá ano passado e nós conversando sobre a questão do mapará miudinho, a lei, colocando como é; e aí, quando nós terminamos de lá, que nós vinha passando aqui no Jaituba, o cara já tava bloqueando com o puçá. Mas, oh meu Deus, será que ele não entendeu, ou ele fez aquilo de afronto? Ele tá se prejudicando mesmo, ele tá prejudicando a própria entidade que está apoiando ele... São coisas que a gente tem que pensar.

Mas trabalhar a conscientização não é tarefa fácil em uma sociedade viciada. João Rola continua dizendo o quanto é difícil a tarefa de conscientizar os pescadores.

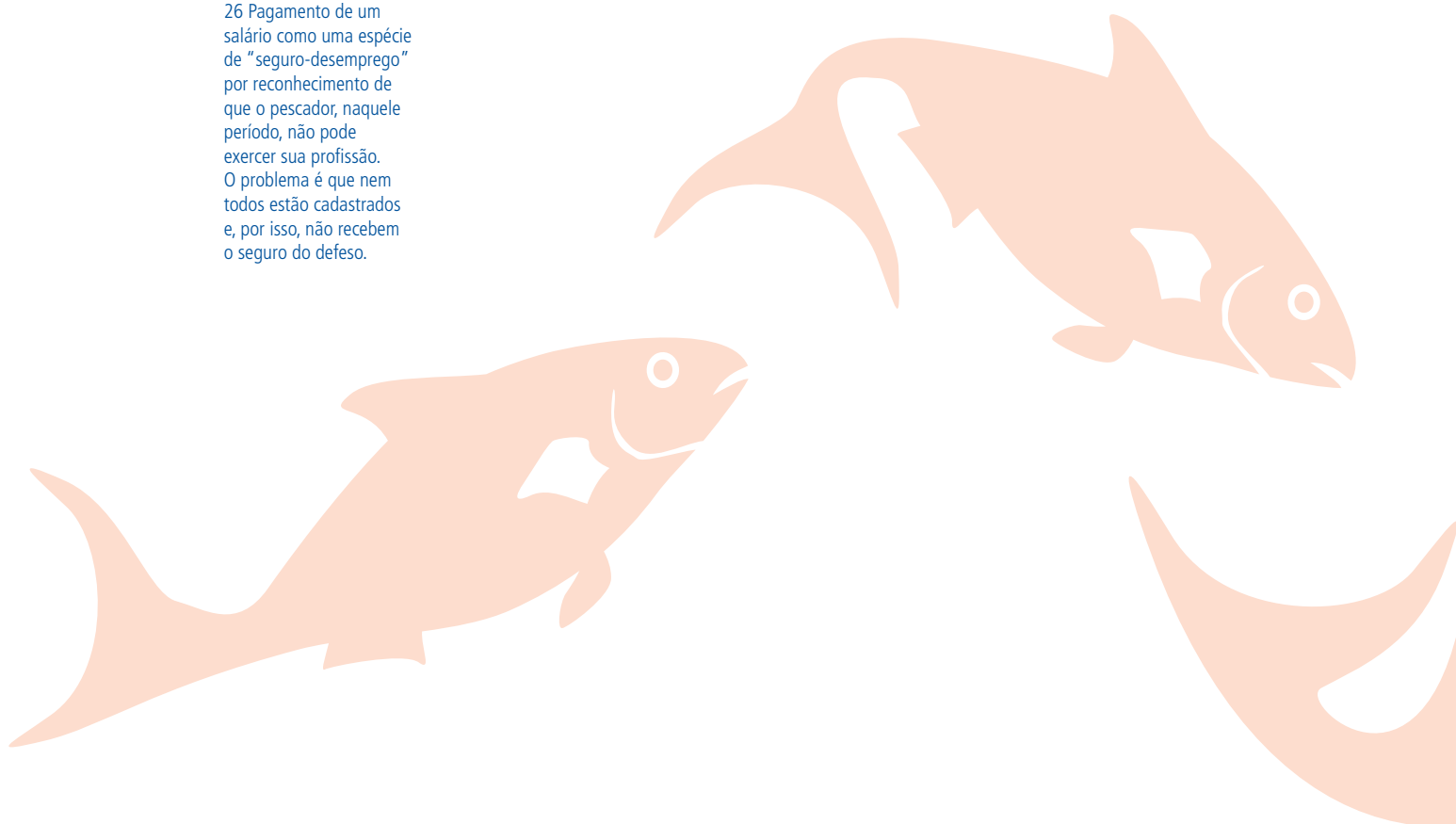
O cara acha que deve pegar o mapará de oito milímetro, que eu já tenho visto. Já levei pra cidade, já levei pro Ibama, porque sinceramente, um mapará de



oito milímetro! Você acha que vai estar mantendo a necessidade da pessoa, naquele dia mantém, mas no outro dia não vai manter. E se ele pegar quinhentos quilos de mapará miúdo, dentro de seis meses ele pode pegar esse mapará que vai estar maior, já com vinte centímetro... Esse mapará de vinte centímetro já não vai dar os quinhentos quilos, com certeza já vai dar seus oitocentos a uma tonelada. É isso que o pessoal tem que pensar, se nós pegar o camarão é a mesma coisa... Então são coisas que o pescador, ele é exagerado no seu trabalho, ele ainda não tem essa consciência, ele acha que hoje sai com seis metros de malhadeira pro rio, pega 20 quilos, mais tarde ele torna voltar pra pegar mais 20 quilos, e assim que é o negócio.

Na área conservada, pode-se pescar; não pode é desrespeitar a legislação. O período em que a pesca é proibida — período do defeso - acaba sendo um importante motivo para que algumas famílias deixem de cumprir o acordo. O seguro do defeso<sup>26</sup> não atinge todos os moradores das ilhas, porque não estão inseridos na estrutura sindical. Por isso, é urgente o desenvolvimento de trabalhos que garantam a sustentabilidade destas famílias, e a Eletronorte tem o compromisso moral de fazê-lo.

26 Pagamento de um salário como uma espécie de "seguro-desemprego" por reconhecimento de que o pescador, naquele período, não pode exercer sua profissão. O problema é que nem todos estão cadastrados e, por isso, não recebem o seguro do defeso.



## Dificuldades

Além dos conflitos internos e problemas de invasão de pescadores de outros lugares, há a ausência de políticas públicas apropriadas, de crédito e de esclarecimento.

Não tinha uma política voltada para a pesca no município. O que tinha era algumas ajudas isoladas; quando precisava ajeitar alguma coisa, ia lá com o prefeito e ele ajudava... Se já tem uma política direcionada para a pesca, nós temos que ter o conhecimento de para quem vem essa política. Porque as primeiras vezes quando houve financiamento pra pescadores, há mais de 20 anos, quem pegou o dinheiro não foram pescadores e sim o pessoal que comprava cacau, que comprava pimenta...

(Gilberto , pescador do rio Jorocazinho de Baixo)

O Sr. Dércio, também pescador local e membro da comunidade, faz o seguinte raciocínio com relação ao pouco apoio a iniciativas com essas:

Às vezes a gente tenta trabalhar nessa área aí e não tem condição. A única coisa que a gente vê que está dando apoio são essas entidades particulares. Eu queria lembrar até o que um senhor idoso me disse: olha, todo mundo fala em preservar a Amazônia, só que num tá dando condição pra nós se manter na Amazônia. E com isso, o que vai acontecer, eles querem que nós preserve, mas não dão as condição, e com isso o que vai acontecer: nós vamos acabar com a Amazônia e morre eles lá e nós aqui. Hoje a gente é pescador, não tem condição de manter outra atividade de pesca se não for assim em coletividade. E o apoio é através de entidades particulares, então, se existir outra entidade, ou secretaria, por que não se manifesta, pra que possa buscar condição pra gente movimentar essa área aí. Porque, se não tiver condição para a área pesqueira, o que nós vamos fazer é acabar. O poder público deveria buscar condição para que a gente pudesse trabalhar e nos dar condição para preservar.



Outra dificuldade foi o enfrentamento com as oligarquias tradicionais, que procuraram emperrar os acordos no Joroca, onde se fazia uma ferrenha oposição aos políticos e empresários do município:

Foi formado grupos aqui, com o apoio de autoridades, justamente para questionar o acordo. As autoridades na época eram vereadores, e houve influência de algumas pessoas lá em Cametá, principalmente “barão” que patrocinavam pessoas justamente pra questionar. Essas mesmas pessoas trouxeram pescadores de outras localidades, de outros municípios. Quando nós soubemos, fomos na justiça pra tirar eles imediatamente, e o conflito foi muito grande. (Gilberto, pescador)

A estrutura da Federação, que está a serviço desses grupos políticos, também fez tentativa para proibir o acordo na comunidade.

Tivemos sérios problemas com o presidente da Federação dos Pescadores na época. Ele veio questionar por duas vezes com a gente, em Cametá, veio defender uma pessoa que pagou ele pra vir. Eu tive sérios problemas, teve vezes que pra eu ir lá em Cametá tive de levar proteção, na minha casa teve gente mandado, os caras chegaram lá armados.

(Gilberto, pescador)

Ele (o presidente da Federação, Orlando Lobato) entrou na nossa área e eu acho que ele usou de um desrespeito. Porque assim como a gente uma entidade qualquer, nós poderíamos receber ele e conversar com ele e explicar como era. Aí nós falamos para o promotor o seguinte: “Olha, doutor, nós gostaríamos que o sr. Orlando Lobato, como ele representa uma entidade da associação dos pescadores, que ele tivesse o respeito conosco. Não é porque nós somos moradores ribeirinhos, somos pessoas carentes, mas também a gente conversa alguma coisa. Nós estamos





recebendo em nossa casa um seminário com 35 entidades lá de fora. E muitos sabem que podem vir pra cá e sentar com a gente, em nossa casa. E será que nós não éramos dignos de receber o sr. Orlando Lobato? Como é que ele chega na nossa área, chega medindo bacia, fazendo isso... E se a gente chegar lá na federação dos pescadores, empurrando a porta do gabinete dele, com certeza ele vai esquentar, porque a gente tá entrando sem permissão, não é? Será que ele vai gostar?" Ele falou para o promotor que nós estávamos privatizando o rio e falando que era proibido pescar ali. Nós falamos assim: "Nós, da associação da comunidade, falarmos uma besteira dessas...", falamos assim mesmo, "Agora, o senhor, da Federação dos Pescadores, vim falar aqui, perante o promotor, assim, isso eu acho imperdoável". Então são momentos que nós já tivemos, que já teve tempos muito difíceis.

(Dona Rita)

O pescador Gilberto lembra que uma das dificuldades para se chegar ao acordo foram as barreiras burocráticas para legalizar a associação:

Então nós entendemos que só nós aqui na comunidade, o grupinho, nós não teríamos chance de resistir. Porque primeiro lutar contra o dinheiro tá muito difícil; e ninguém tinha como questionar. Então o que nós fizemos: vamos tentar criar uma associação imediatamente pra ver se a gente consegue ter mais um respaldo. Tivemos problema na legalização, porque, para ser legalizada, o cartório só registrava uma associação se ela tivesse passado pelo Diário Oficial da União. Ficou muito difícil para nós porque nós não tínhamos esse tipo de acesso no governo do estado e na assembléia. Tinha que ter uma peixada lá e nós não tínhamos esse acesso... O prefeito da época nos deu essa colaboração, ele conseguiu que nós tivéssemos essa publicação.

## O que ainda falta fazer

Os moradores do Rio Jorocazinho reconhecem que, para que o Acordo de Pesca dê maiores resultados, é necessário que os outros moradores dos rios vizinhos também elaborem seus próprios Acordos de pesca. Isso é necessário devido à mobilidade dos peixes, que vão ser capturados em outros rios que não possuem Acordo de Pesca; já que o peixe não fica confinado, ele acaba não atingindo a idade adulta.

Hoje não tem mapará num rio desse, porque não tem de onde vir o alevino pra cá. Como está livre aqui fora, a malhadeira come aí noite e dia...Aí vai pegando as mães do mapará grande que reproduz. O que é que nós vamos ter mais no futuro?

E ainda, segundo Dinar Cordeiro, é necessário tomar medidas urgentes para a proteção do pescado, pois muitas espécies já desapareceram e outras estão em via de extinção. Já o Sr. Gilberto tem a seguinte opinião:

Eu acho que tem que criar uma educação no próprio pescador porque não adianta dizer que as autoridades vão resolver, porque não vão. E porque o homem é desobediente...



# Acordo de Pesca da Localidade de Cuxipiari Carmo

## Motivos para se fazer o acordo

Na comunidade de Cuxipiari Carmo, localizada a cerca de 8 km da sede do município, um momento de grande tensão foi a proibição de alguns instrumentos de pesca, o que não era consenso da maioria. Os instrumentos estavam prejudicando a salutar reprodução do pescado, uma vez que são considerados predatórios. A fala do Sr. Leonel Serrão de Andrade, líder da comunidade, demonstra os objetos de tensão, na época da implantação do Acordo de Pesca:

Quando chegamos à questão do pari-fino, aí é que começou a ter o conflito. Por que o pari-fino? Porque nós decidimos: vamos tirar o pari-fino da beira, não se faz mais camboa<sup>27</sup> com pari-fino; aí começou o conflito, porque tinha proprietário que tinha 15, 25, 30 pari-fino. O que cai pra dentro do pari-fino tudo é morto. Nós, que já tínhamos a preservação aqui, tiramos o pari-fino da beira, e isso começou a gerar conflito porque o cara tava acostumado a fazer sua camboa e pegar tudo. Houve muito conflito, mas depois que o cara começou a se conscientizar, graças a Deus, acabou isso.

<sup>27</sup> Ver glossário ao final do texto.



## Para entender a razão do conflito

O pari fino é o pari construído de tala de jupati (uma palmeira). É um instrumento de pegar camarão nos igarapés. É aberto no igarapé. Quando a água baixa, o pari interrompe a passagem do camarão. Pari é uma construção de várias talas amarradas entre si, formando uma parede de até 5 metros de comprimento e 1,5 de altura.

Outras formas de pesca predatória também foram proibidas no rio Cuxipari Carmo:

Outra foi a salteação, porque a jatuarana, quando está pequena, ela vem procurar o rio seco, o rio que a água não corre, até ficar um peixe grande. Mas se de noite eu passo um remo num casco e vou cutucar na beira, que é a salteação, cai tudo pra dentro do casco, aí morre tudo... Isso daí foi outro conflito, porque o pessoal tava acostumado a pegar jatuarana miúda. Pega o casco, faz aquela paçoca, no outro dia ele come, mas falta pra depois.

A reflexão do experiente pescador é que aquele que pega o peixe miúdo consegue saciar sua fome e de sua família por alguns instantes, mas fica a certeza da escassez do alimento. Aqueles peixes miúdos poderiam alcançar um bom tamanho representando, conseqüentemente, uma quantidade maior de alimento.

Outro momento conflitante foi a utilização de material criminoso para a pesca predatória, também relatada pelo Sr. Serrão Andrade e que causava grande indignação a todos os pescadores do lugar, porque afinal a maior parte do peixe acabava sendo desperdiçado:

Outra proibição foi o timbó<sup>28</sup>. O camarada ia, enchia um lata com leite de assacu<sup>29</sup>, derramava no poço, com algum tempo depois morria tudo o peixe que tinha lá. Aí o camarada ia lá, pegava tudo o peixe que ele queria, e a água ia de poço em poço, de igarapé em igarapé, matando grande quantidade de peixe. Quando a gente passava lá, tinha grande quantidade de urubu comendo o peixe que tava morto. Por causa disso, teve um morador, que não mora mais nesse rio, por um serviço desse que ele fez de botar veneno aí, nos levemo ele pras autoridades; o cara fugiu de noite, até hoje não apareceu.

<sup>28</sup> Ver glossário no final do texto.

<sup>29</sup> Idem.





## Caminhos para a resolução dos conflitos

Por conta de todos esses conflitos para que fosse possível a implantação do Acordo de Pesca no rio Cuxiari Carmo, as pessoas que assumiram essa empreitada correram riscos, inclusive de serem assassinados, pois existiam pessoas que acreditavam que os responsáveis pela implantação do acordo queriam se apossar do pescado para usufruir sozinhos dos benefícios. O Sr. Serrão Andrade comenta, com relação ao trabalho de conscientização:

Então, isso teve muito conflito. Foi obrigado nós, que estava na frente da coordenação, enfrentasse ameaça. Nós fomos ameaçados tipo assim: se ele vim aqui eu mato ele, eu corto, porque esse material é meu, como é que ele quer, como é que ele num deixa. Conflito pra cá, conflito pra lá, foi obrigado a gente estar contando com a ajuda de pessoas idosas que estavam por ali e diziam: vamos em cima, vamos ver o que é que dá, se nós não tinha nada, vamos ver se melhora.

O respeito às pessoas idosas foi um importante instrumento a serviço da sensibilização dos pescadores para o iminente perigo de extinção de várias espécies de peixes. Graças à cultura do respeito aos mais velhos, coisa que ainda se faz muito forte nas comunidades interioranas do município de Cametá, alguns pescadores intransigentes acabavam aderindo à causa, por respeito e estima a alguns pescadores mais velhos.

Tudo isto só foi possível graças a um árduo trabalho de mobilização de toda comunidade, envolvendo uma série de encontros e reuniões para se atingir um acordo que fosse capaz de ser cumprido por todos, do qual todos se sentissem responsáveis. Mas, isso tudo não dispensava o trabalho de vigilância, efetivado nos primeiros períodos de implantação do acordo:

A gente teve várias reuniões, todo mês a gente reunia o pessoal pra servir de testemunha, pra que o camarada cumprisse o acordo, e até conseguimos. Tinha vigilância noturna aqui, tinha noite que nós saía duas, três turmas... Depois, todo mundo teve aquela compreensão que era um acordo bom, que tinha muita gente e o apoio da Colônia.

(Sr. Serrão Andrade, pescador do rio Cuxipiari Carmo e líder da comunidade local)

Fazia-se necessário utilizar todos os mecanismos possíveis para que as pessoas cumprissem com o Acordo de Pesca e, desta forma, todos percebessem o grau de seriedade que envolvia tal tarefa. Definiram o que fazer quando alguém era flagrado pescando de forma ilícita:

A primeira vez que a gente pega o cidadão que é de fora e não sabe que aqui é uma área de preservação, não sabe como é aqui, como é que estava, aí a gente explica que aqui é proibido esse tipo de serviço. Se ele for do tipo que diz: se tu vim pra cá eu te corto, eu te mato, aí não precisa brigar, a gente vai lá, registra o nome dele, o material com que ele tava pescando, e vai lá no órgão competente que é o Ibama.

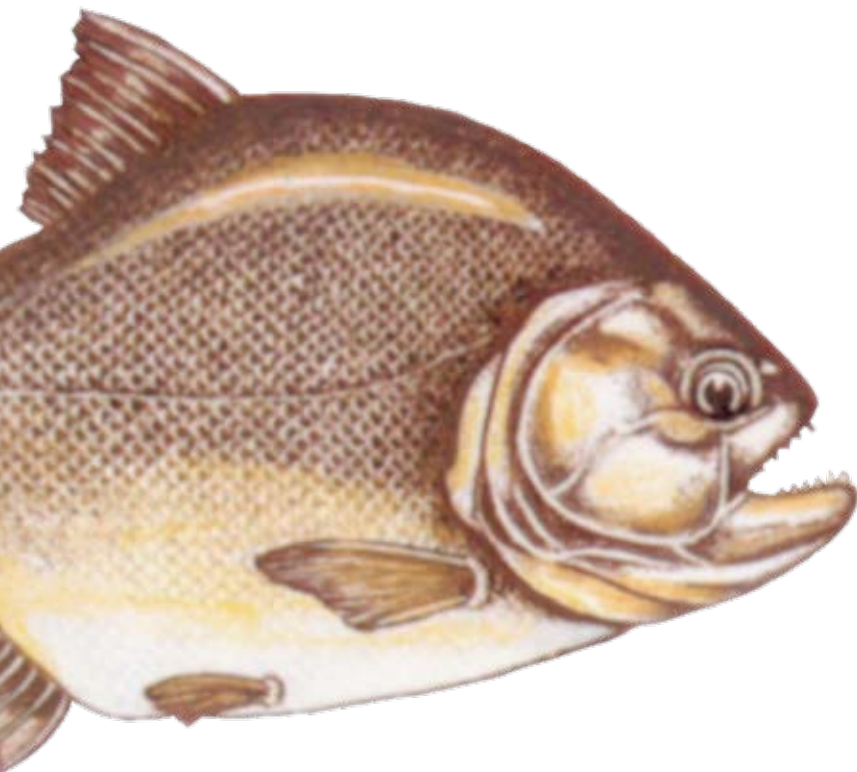
(Sr. Serrão Andrade)



## *Dificuldades para cumprir o acordo*

De acordo com o Sr. Manoel, pescador do rio Cuxipiari Carmo e membro da comunidade, o não cumprimento do Acordo de Pesca geralmente acontece em vigência da necessidade de se garantir o alimento de forma imediata, pois, sem dispor de muitas alternativas que garantam seu sustento, o(a) pescador(a) acaba sendo forçado a desrespeitar aquilo que ajudou a construir:

Eu acho que o que leva o pescador a desrespeitar o acordo é que ele vive numa tarefa tão grande e a nossa preservação não tem condição de botar todo dia alimento na sua mesa. Essa carência que leva a pessoa a desrespeitar a si próprio, vendo o filho com fome, a mulher, às vezes ele próprio. Às vezes, procura fora e não acha e, como num tem outro meio pra gente arrumar a bóia pr'aquele dia ou pra outro dia, leva aquelas pessoas a fazerem um serviço arbitrário, fora da lei. A pessoa, mesmo reconhecendo que está fazendo errado, mas acaba sendo traído a fazer. Talvez, se a gente tivesse um outro modo de vida pra se sustentar, uma criação de galinha, uma criação de porcos, um poço pra criar peixe em cativeiro, se nós já tivéssemos recursos pra fazer essas coisas, certamente muita gente deixaria de desrespeitar o acordo...



## Resultados

É interessante destacar a mudança de concepção de alguns pescadores que antes eram contrários ao Acordo de Pesca e hoje compreendem sua importância e necessidade:

Ainda tem gente que sai pra experimentar, pra ver se ainda tem ordem nas coisas. Quando ele vê que a barra pesa pro lado dele, começa a pedir misericórdia e vê que não tem... Eu, quando era criança, errava e apanhava; depois de adulto, o camarada erra e é punido pela lei. Eu, por exemplo, não nego, eu experimentei uma noite, fui pego e perdi o meu material. Não até que eu tivesse tanta precisão, foi que minha mãe estava doente e desejou comer um peixe, aí eu disse: deixa eu ver se eu roubo um peixe por aí. Eu tava sabendo que era errado, mas só pelo motivo do velho ditado que diz que a precisão é que faz o ladrão, eu precisava do peixe pra minha mãe e fui lá.

Apesar de os resultados ainda não serem muito grandes, por conta do pouco tempo da implantação do acordo e mesmo por depender da colaboração de outras comunidades que ainda não implantaram o Acordo de Pesca, alguns avanços começam a ser visíveis pelos próprios pescadores da localidade:

Hoje a gente pensa que já está melhor do que estava, porque já não é toda noite que a gente tem que sair no rio pra fazer a vigilância. As pessoas já compreenderam, mas com tudo isso ainda tem gente que diz: quando ele estiver dormindo, eu vou lá e pesco.





## Falta mais conscientização

Segundo algumas reflexões dos comunitários seria de grande ajuda para os Acordos de Pesca a divulgação de sua importância por outras instituições, especialmente pelas escolas. Uma das grandes dificuldades encontradas pelos pescadores que coordenaram a implantação do acordo foi a falta de conscientização e compreensão acerca da importância de tal iniciativa, tanto por parte dos outros pescadores quanto por parte dos órgãos governamentais.

Não houve uma escola pra fazer uma conscientização, pra ensinar o pescador como fazer, não houve um projeto voltado pro pescador artesanal. Tinha, mas era pro pescador industrial, e não teve nada pra nós. Como aqui nós moramos ribeirinho e que não é oceano, nós moramos no rio Tocantins, a nossa área é pra pesca artesanal.

(Sr. Vidal Serrão de Andrade)



# Os desafios para o futuro: as novas alternativas para a pesca



## Aprendizados e recomendações

O pescado é a principal fonte proteica da população de Cametá. A pesca não representa somente o principal provedor de proteína, mas também cumpre um papel social importante, ao absorver parte da mão de obra ativa do município, auxiliando na redução da taxa de desemprego regional.

A exaustão dos recursos pesqueiros coloca em risco outros recursos, que passarão a ser intensamente explorados: os recursos florestais. Nessa perspectiva, relacionamos alguns problemas que afetam os pescadores artesanais e suas atividades. Uma delas é a educação formal, que reflete na mobilidade espacial e social do pescador e na ida do homem do campo para a cidade. Há necessidade de formulação de currículos com uma certa dose de regionalização. No caso de Cametá, uma maior integração da Casa Familiar Rural com a realidade das comunidades ribeirinhas, assim como o Projeto Cametá –Tapera<sup>30</sup>, que teve como propósito contribuir para a reafirmação da identidade e da cultura dos sujeitos, garantindo os seus direitos constitucionais de acesso à educação. Nesse sentido, a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá começou, com o apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil, a elaboração de um livro didático com lições estritamente voltadas para as questões da pesca e da agricultura. Tem também o trabalho apoiado pelo PDA, que visa a expansão e conscientização dos pescadores artesanais por meio dos acordos de pesca.

<sup>30</sup> O projeto Cametá Tapera é de aceleração escolar. Foi desenvolvido no governo do PT para elevar escolaridade de mais de 600 pessoas a conseguir terminar o ensino fundamental e ensino médio. Atualmente não existe mais, pois não é interesse do atual gestor.

Outro fator é a comercialização dos produtos dos pescadores artesanais, que não é um problema unilateral: é do pescador e do consumidor. As condições materiais do pescador não lhe permitem agenciar a venda de seu próprio produto, falta-lhe um adequado sistema de conservação e acondicionamento; falta-lhe transporte, recorre então ao intermediário. Com este, se instala uma mútua dependência: entrega do produto para pagamento após a venda. Para o consumidor, a pesca, nessas condições, proporciona produtos de baixa qualidade a preços nem tanto compensadores. Para enfrentar a questão da conservação e acondicionamento do pescado, a Colônia conseguiu aprovar junto à SEAP/PR (Secretaria Especial de Apoio a Pesca da Presidência da República) um projeto para instalação de câmara fria.

Outro aspecto é o crédito. Mesmo existindo as políticas oficiais que criam os créditos para a pesca, como os programas da Secretaria Especial de Pesca da Presidência da República, são ainda muito caros em função dos juros cobrados e da falta de assistência para garantir o sucesso do empreendimento. Tem havido grandes avanços em negociações de crédito para a categoria, porém ainda com regras que claramente levam à exclusão ou dificuldades de acesso pelos pescadores artesanais. Vendo pelo lado financeiro, sabemos que o crédito é necessário para a capitalização e instrumentalização da atividade. Porém, os materiais (apetrechos) que são adquiridos com os créditos não estão de acordo com as condições de pouca capacidade de renovação dos estoques locais de pescado.

Outra grande dificuldade é a **estruturação e posição das Colônias de Pescadores**. Na região, apesar dos problemas ambientais que claramente influenciaram o nível de produção da atividade, as Colônias, exceto as de Cametá, Igarapé Mirí e Abaetetuba, não estão proporcionando assistência de direito e de fato ao pescador. Não promovem cursos que dêem condições à classe de ter acesso à legislação que dirige a pesca. Esses cursos e debates criam a oportunidade de questionamento e decisão dentro de um processo democrático e participativo.

Pensamos que a resposta a esses questionamentos já está começando a ser dada a partir de pequenos passos. Novas perspectivas para a pesca já surgem no município de Cametá. Com a criação do Ministério da Pesca e uma política específica para os pescadores artesanais, fluem novos projetos, investimentos, capacitação e qualificação para o(a) pescador(a); e renasce o desafio de um trabalho de fortalecimento organizacional nas comunidades, com intuito de que possam estar aptas a usufruir dos benefícios, fruto de sua própria organização.

Na prática a Colônia vem criando espaços para discussão e eleição de prioridades que venham dar respostas aos anseios desta categoria dos trabalhadores, tais como a regularização de associações, auxílio técnico na elaboração e implementação de estatutos, elaboração de projetos para aquisição de recursos nacionais e internacionais, com objetivo de repovoamento dos rios com espécies nativas de pescados e fomento a novas iniciativas de produção, adaptadas à realidade local.

Outra questão fundamental é a criação de “corredores ou bacias de reprodução” do peixe. Isso é necessário para consolidar o esforço de conservação feito pelos acordos, porque o peixe migra. Nas palavras de um dos dirigentes da Colônia:

Por causa da migração do peixe, tem o setor que eles passa e a gente vai pegando. Chega lá em Limoeiro, o peixe tá maior do que pra cá. Tanto que o pessoal de Limoeiro dizia assim: que era bom que Cametá se preservasse, que eles pegam lá os grandes, porque o peixe tem a migração natural dele, né? Por isso, é importante que essa discussão se amplie... Esses corredores têm que ser consolidados, porque aí você tem toda uma junção de esforços dos poços daqui, dos poços de lá e forma toda uma bacia de reprodução, que abastece tanto dentro das áreas em acordo quanto fora.

A ampliação dos acordos é fundamental nessa estratégia. Mas um desafio grande, para fortalecer os acordos, é a questão das legislações municipais. Apesar de já ter havido duas sessões especiais na Câmara de Cametá sobre questões de meio ambiente, não há um projeto de lei que regulamente, que fortaleça o trabalho dos acordos ou que diga alguma coisa em relação à questão ambiental, com exceção de uma lei orgânica sobre extração de minério.

No município de Gurupá, a prefeitura fez um decreto reconhecendo áreas de importância para a conservação. Um decreto municipal assim fortalece muito! O prefeito lá fez isso em cima de um estudo da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) sobre a região. Com a área decretada como de importância para a conservação, as outras atividades andam em torno disso.

Daí se chega ao outro desafio: a necessidade de estudos na região de Cametá que possam provar o valor e a importância das áreas para reprodução das espécies; um estudo para uma portaria regional, respeitando a realidade dos tempos de desova na região Tocantina; estudos sobre as espécies, porque sobre o mapará, por exemplo, pouco se conhece.





## Recomendações

A partir de nossa experiência, podemos recomendar, a quem estiver trabalhando com acordos de pesca, ou quiser começar, algumas coisas que deram certo em Cametá:

1. Fazer o acordo estritamente dentro dos aspectos da legislação vigente, lei de crimes ambientais e Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente;
2. Não tentar fazer sozinho. Buscar, além do Ibama, outras organizações de apoio no município;
3. O acordo não pode se transformar em propriedade privada. Deve permitir que os pescadores exerçam a atividade dentro das regras que a comunidade tem;
4. Garantir o máximo possível a participação nos ganhos - produto do acordo - ou seja, o produto deve ser distribuído para todos;
5. Nunca ter fiscal na área e sim convencer a comunidade que todos são responsáveis pela manutenção e cumprimento do que acordaram;
6. Discutir a implantação dos acordos, pois é ainda uma forma eficiente de envolvimento na questão ambiental e meio de recuperação do estoque pesqueiro e manutenção de alimento e renda

## Conclusão

Os acordos de pesca no município de Cametá têm se tornado uma proposta viável porque colocam o processo de organização dos pescadores, tanto em suas comunidades quanto nos movimentos sociais, como um dos eixos de maior conquista desses trabalhadores. Esses acordos, ao mesmo tempo que proporcionaram refletir sobre a rica experiência recheada de conquistas, conflitos e tensões, trouxeram consigo impactos fundamentais para a implementação de uma proposta para o desenvolvimento da pesca e, por conseguinte, das comunidades envolvidas.

Essa alternativa não foi concebida pelos pescadores do município de Cametá sobre um princípio de uma organização, mas pela existência de um problema, de uma necessidade, causados pela Hidroelétrica de Tucuruí, que obrigou os pescadores a mudarem seu modo de vida.

Torna-se necessário, para o sucesso e o avanço das experiências, uma maior presença institucional (Prefeituras, ONGS, Colônias etc), a fim de viabilizar e apoiar políticas benéficas para o setor pesqueiro.

A sustentabilidade social dos acordos depende fundamentalmente da capacidade das organizações comunitárias de lidar com as pressões internas e externas, geradas pelo processo de implantar e manter o sistema de manejo. Apesar de sua história comum, nas comunidades ribeirinhas existe um alto grau de heterogeneidade social e econômica entre seus membros. Por exemplo, a importância relativa das diferentes atividades econômicas – pesca e criação – varia muito entre famílias.

Para manter os acordos, é preciso investir na diversificação da produção. As famílias precisam sentir que podem ter outra fonte de recursos e, portanto, deixar de usar certos apetrechos de pesca e suspender certos tipos de captura num determinado período. Um investimento importante é na questão do aproveitamento do açaí. As comunidades envolvidas nos acordos também estão fazendo o manejo do açaizal nativo e agora a Colônia quer investir no aproveitamento do palmito advindo dessas áreas de manejo.

As outras atividades econômicas desenvolvidas pela população ribeirinha, especialmente a derrubada das árvores e plantas nativas da região, podem comprometer a integridade ecológica do ecossistema dos rios, reduzindo a sua produtividade. Portanto, os acordos de pesca não podem se concentrar apenas na pesca, ignorando os impactos dessas outras atividades no sistema como um todo.

Tais fatores influenciam diretamente os conflitos internos e poucos líderes e organizações comunitárias têm a capacidade de superar essas divisões e conciliar os diferentes atores na elaboração e manutenção dos acordos. Além da estrutura social



da comunidade, um Acordo de Pesca eventualmente precisa também lidar com os interesses de outros atores locais, como os proprietários de rede aberta (puçá).

Embora os acordos de pesca sejam motivados pelo interesse das comunidades em controlar o uso dos recursos locais, elas constantemente procuram o apoio das autoridades governamentais para legitimar a sua posição. Neste contexto, a integração dos acordos num sistema formal de gestão participativa representa um passo importante na consolidação do manejo comunitário. A estruturação de Associações Comunitárias para definir os acordos, a transformação dos acordos em portarias e a formação de agentes para fiscalizá-los, não só legitimam as iniciativas de manejo comunitário, como fornecem um contexto institucional de apoio para a manutenção dos acordos.

Com a sistematização, verificaram-se as debilidades dos acordos, bem como os avanços, servindo como modelo para outras comunidades. A criação e manutenção de acordos de pesca são processos dialéticos (ação – reflexão – ação) que não são estáticos, vivem em constante transformação. Sempre irão existir tensões, ganhos, conflitos, retrocessos e avanços, mas o acordo é posto, redefinido e novamente repensado.





## Glossário de Alguns Termos Utilizados no Texto

**Assacu** – vegetal que produz um leite mortal para peixes

**Aturiá** – Vegetação das margens dos rios, local onde se escondem diversos peixes

**Camboa** – pesca com o pari que é uma parede de talas que fazem cerco em locais de pouso dos peixes

**Fisgadeira** – linha com vários anzóis utilizada sem iscas, somente movimentando a linha num vai-e-vém

**Paçoca** – Comida dos peixes miúdos

**Salteação** – Captura de alevinos fazendo cutuca nas margens fazendo com que o peixe salte para dentro da canoa

**Timbó** – Veneno proveniente da rotenona que lançam nos rios para matar peixes





**PDA - Projetos Demonstrativos**

W3 Sul, Qd. 514, Bl. B, Lj. 69,  
2º andar, s/ 203  
Brasília - DF  
CEP: 70380-515

Telefone: (61) 4009-9256  
Fax: (61) 4009-9271  
[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

**Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá**

Rua Pedro Texeira, 165  
B. Brasília - Cametá/PA  
CEP: 68400-000

Telefone e Fax: (91) 3781-1327  
email: [wadircameta@ig.com.br](mailto:wadircameta@ig.com.br)  
[pescadorescameta@bol.com.br](mailto:pescadorescameta@bol.com.br)



Ministério do  
Meio Ambiente



Apoio:

